Anais do XV Encontro Nacional da ABET

Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea
Rio de Janeiro - 06 a 09 de Setembro de 2017
ISSN: 2318-9517

A greve nacional dos bancários em 1946: negociação e luta por direitos na Justiça do Trabalho

Alessandra Belo Assis Silva*

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo a análise da greve dos bancários em 1946. A relação entre os atores envolvidos na greve será privilegiada nesta análise. Tal escolha justifica-se, sobretudo, pela grande pressão exercida por partes dos trabalhadores no Ministério do Trabalho, situação que gerou a deflagração da greve. Nesse sentido, o Estado é aqui parte fundamental do conflito.[1]

Outro objetivo é analisar a adesão dos trabalhadores do Banco do Brasil à greve em questão. Esta participação na greve foi justificada por todos os meios midiáticos e até mesmo pelo discurso de algumas lideranças, no início do movimento, como de mero apoio e solidariedade aos colegas. Contudo, busco neste trabalho contestar o significado dessa solidariedade. Tal interpretação mostra como o decorrer desse tipo de conflito do trabalho vai moldando e construindo a experiência dos trabalhadores enquanto classe quando o ápice do conflito se deu na arena judicial, no âmbito da Justiça do Trabalho.

Utilizei como fontes os periódicos da época que noticiaram de forma extensiva a greve. Tratam-se do *Diário de Pernambuco, Correio da Manhã e Tribuna Popular.* Outras fontes utilizadas foram os documentos da Justiça do Trabalho, a literatura

---

* Doutoranda em História Social pela Unicamp. E-mail: alessbelo@gmail.com.

[1] Embora a greve aqui relatada tenha sido de forma mais profunda caracterizada por muitas "frentes de batalha", o papel do Estado em todos os momentos da paralisação foi bastante significativo para a compreensão do movimento. A afirmativa de Richard Hyman parece ser a mais completa sobre o Estado. Para o autor o estado é um agente importante porque possui uma natureza de classe e sua ação contribui para a assimetria nas relações entre as outras classes. Ver: HYMAN, Richard. *El marxismo y la sociologia del sindicalismo***.** México, DF: Era, 1978.

pertinente ao tema específico da greve dos bancários e uma seleção de leituras mais gerais sobre classe operária e greves.[2]

2. A greve dos bancários: uma luta contra o Estado.

Na conjuntura vivenciada no Brasil com o fim da segunda guerra toda a formulação jurídica relacionada ao direito de greve estava sendo debatida e construída. De fato, ao longo do período que se estende da Constituição de 1946 ao golpe civil-militar de 1964, houve um longo debate jurídico sobre o direito de greve.[3]

O contexto social e político do Brasil, por sua vez, era demasiadamente turbulento em 1946. O ressurgimento do movimento sindical, e a ascensão dos partidos de esquerda de um modo geral, foi um fenômeno que contagiou o mundo inteiro no pós-guerra. [4] O ano de 1945 conheceu uma onda de greves que se repetiu de forma ainda mais intensa no ano seguinte. As eleições de dois de dezembro de 1945 tiveram como resultado a vitória do general Eurico Gaspar Dutra. Com isso ganharam as forças conservadoras que sustentaram a Ditadura do Estado Novo, agora transformadas em democratas e progressistas. O cenário da posse do general Dutra, em primeiro de fevereiro de 1946, foi marcado por numerosas paralisações de trabalhadores. Assim que assumiu, Dutra convocou uma Assembleia Constituinte, que discutiria o tão polêmico direito de greve.

Até então, o que prevalecia era uma indefinição da situação da greve, isto é, não havia nenhum dispositivo legal sobre o direito de greve, contexto no qual o movimento operário do pós-guerra beneficiou-se até uma regularização mais efetiva sobre a qual falarei mais adiante.

Nesse período destacou-se a ação dos bancários, que na data da posse de Dutra entravam no seu sétimo dia de greve nacional. Segundo pesquisa de Campanini, "os jornais de grande circulação do início de 1946 estimavam a população bancária em pelo

---

[2] As referências bibliográficas que citarei como bases teóricas foram fruto, em grande parte, das reflexões realizadas em disciplina ministrada pela Professora Dra. Andréia Galvão no 2º Semestre de 2016 na Unicamp, intitulada *Problemas Teóricos na Análise do Sindicalismo e das Relações de Trabalho.*

[3] SILVA, Fernando Teixeira da. *A Mística da Greve e a Soberania da Justiça: Trabalhadores e Tribunais em São Paulo*. Trabalho apresentado na IV Oficina de História Social e Cultural do Mundo do Trabalho na Argentina e no Brasil, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas (SP), 5-6 de março de 2015.

[4] COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*. *Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.

menos 40 mil empregados, distribuídos (muito desigualmente) em 2047 unidades, entre matrizes, agências e filiais”[5].

A categoria já era conhecida nos meios públicos como bastante coesa e combativa. De fato, já na década de 1930, os bancários conquistaram importantes direitos trabalhistas como a estabilidade no emprego e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) em 1934. Nesse contexto de fins do Estado Novo, segundo Silvio Alem, os dirigentes sindicais estavam ligados ao MUT.[6] Outras tendências político-partidárias existiam na categoria que era bastante ampla, mas seguramente nenhuma delas tinha influência nacional como o MUT, onde o PCB era hegemônico.

Em junho de 1945, os trabalhadores, após pressionar de forma insistente o Ministro do Trabalho Linhares de Carneiro Mendonça, conseguiram constituir uma comissão paritária com representantes de banqueiros e bancários e do Estado, "através de técnicos indicados pelo Ministério e por cada uma das partes e um funcionário do Ministério do Trabalho na presidência que se dedicaria a estudar o problema.”[7]

O resultado de tal comissão foi a redação de um anteprojeto de lei que fixou dez modificações no contrato de trabalho, entra elas: o salário profissional variável por região geográfica, uma carreira de progressão funcional e gratificações de comissionamento. Esta via de negociação funcionando dentro das imediações do Ministério do Trabalho foi uma estratégia que aos olhos dos trabalhadores, funcionara bem. Afinal "na maior parte das decisões, o voto desempate do presidente foi em sintonia com os interesses dos trabalhadores.”[8]

Contudo o problema estava na atitude tomada pelo próprio Ministro da pasta, Carneiro de Mendonça. Era ele o responsável por enviar o anteprojeto ao presidente

---

[5] CAMPANINI, Andrei. *Entre usos e abusos*....p.91

[6] Os comunistas, após o fim do Estado Novo, traçaram como principal estratégia a organização do movimento sindical em bases municipais, regionais e nacional. Com esse objetivo fundaram o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) em importantes centros operários do Estado de São Paulo, na capital, em Santos, Santo André, Sorocaba, Barretos e Jundiaí. O MUT foi fundado oficialmente no Rio de Janeiro, em 30 de Abril de 1945. A retórica da organização girava insistentemente em torno do objetivo de promover a unidade da classe operária. O movimento procurava conciliar um discurso em prol da autonomia e liberdade sindical, garantia ao direito de greve, aplicação das leis trabalhistas e apoio às reivindicações operárias com a defesa da unicidade sindical, aumento da produção e, sobretudo, a utilização da greve como último recurso para soluções pacíficas e conciliatórias. Ver: COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*..., p.34.

[7] CAMPANINI, Andrei. *Entre usos e abusos*..., p.91.

[8] Idem.

ISSN: 2318-9517

para transformá-lo em decreto-lei. Ao ser intensamente pressionado pelo lado da classe patronal, principalmente pela influente Associação Bancária do Rio de Janeiro, Carneiro de Mendonça protelava o máximo que podia, irritando substancialmente os trabalhadores.

Finalmente, não conseguindo negociações profícuas, no dia 23 de janeiro os bancários declaravam-se em greve, inicialmente no Rio de Janeiro. Concretizando seu caráter aglutinador, o sindicato carioca impulsionou todas as outras associações. No dia 24, o forte Sindicato paulista declarava-se em greve, acompanhado do sindicato de Recife. No dia 28 iniciava-se a paralisação no Ceará e no dia seguinte na Bahia. Em suma, velozmente a greve se espalhou por todo o país. Os funcionários do Banco do Brasil também aderiam a greve em "solidariedade" aos colegas colapsando todos os serviços bancários. Sobre tal solidariedade, contudo, falarei mais adiante.

Nesse ínterim, no auge da greve, Eurico Gaspar Dutra assumia a presidência do país. Os grevistas iniciavam uma corrida para obter apoio do governo, afinal havia uma expectativa favorável à posse do "indicado de Vargas", que garantira ao PTB o cargo-chefe no Ministério do Trabalho. Tratava-se de Otacílio Negrão de Lima, que embora petebista, era banqueiro de ofício. Indo ao encontro da sua herança profissional, ele logo tratou de dar uma declaração que contrariava o movimento bancário. Afirmou que não poderia o Ministério "negociar com grevistas apressados ou impatriotas, pois a legislação social brasileira prevê amplas possibilidades de entendimento entre as partes". Mais uma vez, como fez o *Correio da Manhã,* os representantes do Estado defendiam a legislação trabalhista em detrimento da utilização da greve, algo muito comum no discurso da época.[9]

Todavia, Campanini mostrou que o Legislativo estava bastante inclinado às reivindicações operárias. No dia 6 de fevereiro, em época de Assembleia Constituinte

[9] Fernando Teixeira evidencia o discurso da incompatibilidade entre leis trabalhistas e greve tanto para os juristas, quanto para magistrados da Justiça do Trabalho. Tal discurso parece também ter tomado conta de parte dos meios midiáticos. De toda forma, não era apenas essa concepção que tinha lugar naquela conjuntura. Outros atores do Estado como o ex-ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, afirmava que era competência do poder público coibir a greve, ou até mesmo fomentá-la para curvar empregadores inflexíveis. Roberto Puech foi mais além e mostrou como para os trabalhadores, na prática, a tão proclamada incongruência não se efetivara. Segundo Teixeira, citando Puech "*a despeito de incompatíveis ambos os sistemas, lograram sobreviver*, criando-se situações curiosas (...). Dentre essas situações *acontecia dirigir-se a greve, não propriamente contra os empregadores, porém contra o Judiciário Trabalhista, de quem dependia afinal a solução."* Ver: SILVA, Fernando Teixeira da. *A Mística da Greve*..., p. 10.

ISSN: 2318-9517

para a realização da nova Carta Magna, "uma comissão de trabalhadores foi atendida no gabinete do presidente da Assembleia, Fernando de Melo Viana."[10] A atuação parlamentar foi crucial para os operários quando duas comissões, uma oficial formada por ordem da Assembleia e uma formada pelo PTB, intercederam pelos bancários no Ministério do Trabalho. O resultado foi a criação de uma nova comissão paritária, mediada pelos parlamentares, no intuito de chegar a um acordo entre as classes.

Nesse contexto, entretanto, o movimento perdia a força com a volta dos funcionários do Banco do Brasil ao trabalho, reprimidos pelo presidente do Banco do Brasil, Guilherme da Silveira. A greve encaminhava-se para o fim quando através da comissão paritária, banqueiros e bancários chegaram a um acordo, segundo Campanini, "em termos próximos aos propostos pela comissão da Assembleia". Em suma, o acordo na disputa em questão:

> previa o pagamento dos dias parados, reajuste geral de Cr$ 300,00, a retomada da comissão paritária para instituição do salário profissional e o compromisso patronal de nenhuma demissão, suspensão, coação ou transferência aos participantes das greves. Dois dias depois, as agências bancárias voltaram a funcionar regularmente em todo o território nacional.[11]

As dez cláusulas do acordo pareciam determinar que parte da luta acabara, deixando em aberta a fonte inicial de reivindicação: o tão esperado salário profissional para a categoria, que de certa forma, nacionalizaria tal demanda em termos de direitos. Ficava nítido que os bancários postergavam a luta do salário profissional em prol de demandas econômicas mais imediatas, que, entretanto, também vinham compondo a lista de reivindicações operárias desde pelo menos o fim da guerra.

Contudo, o patronato insistiu em não cumprir boa parte das cláusulas e o Executivo, por sua vez, apertou a repressão temendo um novo surto grevista.

3. O fim da greve: novo terreno de conflitos.

No dia 15 de março de 1946, o governo Dutra antecipando-se às conclusões da Assembleia Constituinte sobre o direito de greve, e obviamente impulsionado pela onda grevista, lançou o Decreto 9.070, que ficou conhecido posteriormente como "Lei Antigreve". O título que ganhou a nova ordem do Executivo expressa na verdade toda a política tomada pelo governo Dutra em relação ao movimento operário e aos partidos de

[10] CAMPANINI, Andrei. Entre usos e abusos..., p. 93.
[11] Idem, p.97.

esquerda. O decreto-lei somava-se às intervenções nos sindicatos, nos partidos políticos e das prisões de trabalhadores grevistas e lideranças operárias. Nessa conjuntura, o sindicato dos bancários do Rio de Janeiro sofreu intervenção e seu presidente, Antônio Luciano Bacelar Couto, foi preso provavelmente como um reflexo da insistência do sindicato no sentido de criar a nova "comissão paritária do salário profissional".

Em suma, o citado decreto-lei era ambíguo. Embora reconhecesse a greve, a nova lei regulamentou de forma rígida o seu exercício e sua normatização transferindo toda a arena de conflitos, pelo menos na teoria, para dentro das instituições legais no âmbito do Estado, isto é, para a Justiça do Trabalho. Além disso, o decreto restringiu e impediu a greve nos setores "essenciais" dos quais os bancários faziam parte.

A regulamentação passou a influir de forma direta nos conflitos posteriores relacionados às reivindicações dos bancários. De fato, os banqueiros utilizando-se das prerrogativas restritivas de greve contidas no decreto, passaram a descumprir as cláusulas do acordo. Um exemplo em larga escala foi o grande número de demissões de operários grevistas promovida pelos estabelecimentos bancários.

Diante desse quadro, o Ministério do Trabalho resolveu intervir novamente na questão. Sabe-se que as greves deveriam suscitar antes de serem deflagradas, dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Tendo as partes entrado em acordo que pôs fim à greve nacional, a Junta Governativa do Sindicato dos Bancários, comandada por membros do Ministério do Trabalho[12] após as intervenções, pediu a homologação do acordo no Conselho Nacional do Trabalho (CNT), futuro Tribunal Superior do Trabalho. No documento, redigido e impetrado ao tribunal dia 16 de junho de 1946, 4 meses depois do acordo e do fim da greve, os bancários pediam urgência na homologação. Nesse sentido, o intervalo entre o acordo e o pedido sugere que esta última foi utilizada no intuito de inibir a desobediência patronal às cláusulas acordadas ao mesmo tempo em que visava impedir novos surtos grevistas.

A urgência do pedido foi atendida. No dia 24 de junho de 1946 os conselheiros assinaram a homologação do acordo. Entretanto, antes da assinatura final dos

---

[12] A Junta Governativa dos Empregados de Estabelecimentos Bancários era formada , após as intervenções, por membros do Ministério do Trabalho o que levou a outra frente de batalha: a luta por tentar trazer o principal sindicato dos bancários do país para as mãos dos trabalhadores novamente. Bacelar Couto, o antigo presidente do Sindicato dos Bancários carioca a acusava de movimentar os fundos da Junta de forma a "prejudicar o órgão". Em 1947 após intensa luta, a Junta voltava a ser composta por lideranças sindicais.

ISSN: 2318-9517

conselheiros, o Conselho Nacional do Trabalho colocava mais uma consideração que não estava presente na negociação direta entre as classes. Tratava-se da exclusão do Banco do Brasil do acordo, fato que analisarei a seguir.

4. Os trabalhadores do Banco do Brasil: para além dos limites da solidariedade.

Os trabalhos realizados até então que analisam a greve dos bancários em 1946 têm mostrado a importância desta paralisação como o grande exemplo a ser combatido pelo repressivo Governo Dutra, "tanto pelo seu grau de organização e sua repercussão positiva entre setores sociais mais amplos, como pela capacidade que teve de articular diferentes frentes de batalha."[13]Além disso, a greve nacional dos bancários confrontou de forma aberta as restrições ao direito de greve seja antes ou depois da Lei Antigreve." Porém, uma lacuna fica em aberto. Trata-se da adesão dos empregados do Banco do Brasil e o significado que ela foi assumindo tanto para a greve quanto para as conquistas da categoria após o fim da paralisação.

O que os estudiosos não descobriram é que os sindicatos dos bancários de Belo Horizonte, São Paulo e Santos entrariam com um recurso referente à homologação realizada na Justiça do Trabalho para contestar algo que certamente não esperavam: a exclusão do Banco do Brasil do acordo. O significado desse apoio e uma análise da própria ideia de solidariedade podem ser ampliados na análise que aqui se pretende fazer.

4.1 A luta dos bancários no Conselho Nacional do Trabalho na transição para o Tribunal Superior do Trabalho

No dia 5 de julho de 1946, os Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários respectivamente de São Paulo, Santos e Belo Horizonte[14] entravam um recurso no Conselho Nacional do Trabalho contestando a exclusão do Banco do Brasil do acordo homologado. Na já citada homologação, o Conselho Nacional do Trabalho,

---

[13] CAMPANINI, Andrei. Entre usos e abusos...

[14]O documento evidencia, ao citar inúmeras vezes o ex-presidente Bacelar Couto, que o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro pelos seus antigos membros também participara da decisão de entrar com os embargos, porém estava sofrendo intervenção do Ministério do Trabalho naquele contexto, o que invalidaria sua participação legal.

ISSN: 2318-9517

autor legal da exclusão, justificava sua decisão ao considerar que os trabalhadores do Banco do Brasil, "à época da realização do citado acordo, não tinham reivindicações a fazer, estando por conseguintes excluídos do dissídio." Por que então sindicatos representativos de três grandes regiões contestavam a sua exclusão?

O Sindicato de São Paulo foi o responsável por redigir a argumentação, através de seu advogado Benedito de Calheiros Bonfim[15] que passou a representar a causa dos três sindicatos estendida a todo o grupo de funcionários daquele banco. Segundo o mesmo, a exclusão daquela instituição não foi prevista, "seja explícita ou implicitamente, nos termos, cláusulas e condições do mencionado documento submetido ao *referendum judicial*".

Referindo-se ao *caráter nacional* da abrangência da negociação o Sindicato de São Paulo afirmava no recurso, que do texto do acordo "sob-homologação", o que se vê era exatamente o contrário daquela restrição concedida a favor do Banco do Brasil, por isto que todas as suas cláusulas sempre apresentaram expressões amplas e irrestritas, como seja, "todos os estabelecimentos bancários do país", demonstrando com isto que a intenção das partes acordantes foi efetivamente não fazer nenhuma exceção, de qualquer espécie, a favor de nenhuma pessoa ou estabelecimento empregador, afinal o acordo de âmbito nacional como ficou expresso no documento, obrigava a todos os estabelecimentos empregadores dentro do território nacional.

Sobre a questão da adesão à greve por motivo apenas de solidariedade e a alegada inexistência de reivindicações por parte daquela categoria, Calheiros Bonfim refutava:

> os funcionários do Banco do Brasil apenas se referiram às reivindicações sobre a reestruturação de quadros e salário profissional, não havendo, portanto qualquer referência a aumento de salários, coisa que adveio depois quando aderiram à greve nacional de sua classe. O acordo firmado com a assistência do ministro do Trabalho não excluía os funcionários do Banco do Brasil em qualquer de suas cláusulas, não havendo justificativa possível para a decisão do CNT.

Um segundo ponto destacado na argumentação daquele sindicato estava no questionamento do poder do Conselho Nacional do Trabalho, em modificar um acordo

[15] Benedito Calheiros Bonfim foi advogado trabalhista atuante por vários anos e era considerado membro subversivo nos ataques do regime militar às atividades sindicais no Rio de Janeiro. Ver: TORRES, Claudiane. *O Tribunal Regional do Trabalho na cidade do Rio de Janeiro durante da ditadura civil-militar (1964-1979).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015, p. 114.

ISSN: 2318-9517

previamente estabelecido entre as classes. Afirmavam que embora fossem "muito amplos" os poderes do Egrégio Conselho Nacional, esses poderes "do mais alto Tribunal da Justiça Trabalhista não atingiam a faculdade de alterar as condições do acordo firmado, mesmo quando exista a manifestação da vontade de qualquer autoridade administrativa pugnando ou opinando no sentido de qualquer alteração ou restrição.[16]"

Assim, mais uma vez a categoria questionava o poder público, agora direcionando toda a questão ao Conselho Nacional do Trabalho. Cumpre lembrar que a homologação tinha como relator o presidente do Departamento de Indústria e Comércio, Marcial Dias Pequeno[17], o que demonstrava ainda a vinculação daquela instituição ao Executivo, algo que mudaria em questão de alguns meses, a partir de setembro de 1946, quando a Justiça do Trabalho integraria o poder Judiciário.

Outro fator que acirrava os ânimos dos sindicatos nos embargos era o polêmico afastamento do conselheiro João Duarte Filho do Conselho Nacional do Trabalho após a contenda. Os sindicatos anexariam uma declaração autenticada do ex-conselheiro explicando que a homologação que votara "na sessão do Conselho de 24 de Julho não excluía o Banco do Brasil S.A nem podia excluir nada nem ninguém, pois as homologações não incluem nem excluem nada."

Dando continuidade a argumentação dos trabalhadores no recurso, o advogado Calheiros Bonfim enfatizava que o pedido de isenção do Banco do Brasil foi formulado pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), Astolfo Serra[18] "o qual, além de não ter sido parte no acordo, não tem autoridade nem competência para tal". Ficava claro naquele contexto que o Executivo usava de seus amplos poderes para minar os direitos do Banco do Brasil no acordo celebrado, em um contexto muito mais

---

[16] Embargos de Nulidade e Infringentes do Julgado (Acórdão do CNT proferido no dia 24 de Junho de 1946 referente a homologação de acordo). Embargantes: Sindicatos dos Empregados de Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Santos e Belo Horizonte. Embargado: Banco do Brasil.

[17] Diretor-geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio de 1944 a 1950, foi nomeado em junho deste último ano, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Informação encontrada em: Acervo CPDOC- Verbetes.

[18] Em 1946, Astolfo Serra foi investido na função de Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, órgão do extinto Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Interessante observar que já em setembro de 1946, quando o Conselho Nacional do Trabalho passou a ser o Tribunal Superior do Trabalho tomou posse como Ministro desta instância. Informação retirada do acervo da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória (CGEDM) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) - Ministros.

ISSN: 2318-9517

propenso ao exercício de seu poder, com um controle sobre a Justiça do Trabalho, outro instrumento de luta dos trabalhadores.

Por parte do patronato, a argumentação de defesa contou com alguns jornais apensados ao processo que evidenciavam declarações de solidariedade daquele grupo de funcionários, refutando a ideia de que tinham direitos a reivindicar. O Banco do Brasil contudo, não gastou muitas linhas em sua defesa, já que como vemos, ela seria realizada amplamente pelo próprio CNT.

Entretanto, o intervalo entre a chegada do embargo no Conselho e a sentença final durou 3 meses. Em outubro, quando manifestou a sua contra-argumentação para a decisão, o CNT passou a ser o Tribunal Superior do Trabalho. A Justiça do Trabalho era incorporada ao Poder Judiciário, tornando-se uma instituição autônoma. Tal mudança parece ter refletido de nas decisões, já que a presença de alguns ministros recém-empossados modificou o número de votos em relação à homologação inicial, evidenciando que houve divisões nas posições dos magistrados. Na ocasião da homologação, apesar de toda a polêmica envolvida, a votação havia sido unânime a favor da exclusão do Banco do Brasil. Vejamos a diferença de composição do Tribunal entre a homologação e o recurso.

Tabela 1- Composição de juízes do CNT e TST na homologação e nos recursos dos bancários

Conselheiros do CNT que homologaram o acordo	Ministros do TST que votaram no recurso
Marcial Dias Pequeno (relator)	*Manuel A. Caldeira Neto (relator)*
Percival Godoy Ilha (representante dos empregados)	Percival Godoy Ilha (representante dos empregados)
Antônio Carvalhal (representante dos empregados)	Antônio Carvalhal (representante dos empregados)
Waldemar Marques (representante dos empregadores)	Waldemar Marques (representante dos empregadores)
Ozeás Mota (representante dos empregadores)	Ozeás Mota (representante dos empregadores)
José Duarte Filho	*Edgard Sanches*
Edgard de Oliveira Lima	*Delfim Moreira Júnior*
Geraldo M. Bezerra de Menezes	*Júlio Barata*

Fonte: Embargos de Nulidade sobre o Acórdão do CNT proferido no dia 24 de Junho de 1946 referente à homologação de acordo. Disponível no acervo da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória (CGEDM) do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

É possível verificar que os únicos a se manterem entre um e outro contexto foram todos os ministros classistas, fato bastante curioso. Os demais variavam entre as seguintes situações: há os que saíram do CNT, como José Duarte Filho e Marcial Dias

Pequeno; os ministros recém empossados no novo Tribunal como Júlio Barata, Edgard Sanches, Delfim Moreira Jr. e Caldeira Neto. E por fim, há aqueles que faziam parte da composição de ambos, mas não votaram na segunda ocasião. Trata-se de Edgard de Oliveira Lima, que não compareceu naquele dia, e Geraldo Montedonio Bezerra de Menezes, que na ocasião dos embargos era Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e, segundo a lei, não tinha direito a voto, a não ser em caso de empate.

No dia 4 de outubro de 1946, saía o resultado da contenda. Os embargos foram rejeitados e o TST negou provimento ao recurso por cinco votos contra três. Para chegar a tal conclusão, entendeu o Tribunal que os empregados do Banco não entraram em greve, o movimento não visava o banco e nenhuma reivindicação era pleiteada.

Os três votos a favor dos bancários foram dos ministros de carreira Caldeira Neto e Edgard Sanches e do ministro classista dos empregados Godoy Ilha, que reconheceram que os funcionários do Banco do Brasil estavam incluídos no acordo. Votaram pela rejeição do recurso os ministros de carreira Júlio Barata, Delfim Moreira Júnior, e os ministros classistas representantes dos empregadores Waldemar Marques e Ozéas Mota, este último bastante conhecido como grande inimigo da classe trabalhadora. O último voto foi de Antônio Carvalhal, ministro classista representante dos empregados, fato que surpreendeu negativamente a categoria bancária. O Ministro foi chamado pelo *Tribuna Popular* de "fantoche ministerialista, servo do Sr. Negrão de Lima". Para o jornal, causava

> repulsa e estranheza o voto do Sr. Carvalhal, pelo fato de ser esse suposto dirigente sindical membro da Confederação Nacional do Trabalho, organismo criado a portas fechadas dentro do Ministério do Trabalho, dizendo-se órgão sindical da defesa e unificação do proletariado. Declarando seu voto, o sr. Carvalhal não pode esconder o "dedo do amo", procurando desprestigiar o grande líder sindical dos bancários Luciano Bacelar Couto, presidente legal do Sindicato[19].

O voto do ministro Carvalhal foi uma situação realmente surpreendente, na medida em que o representante classista dos trabalhadores votava constantemente a favor dos empregados nos variados recursos que chegavam àquele Tribunal. Mais surpreendente, ainda, é o fato do ministro de carreira Caldeira Neto ser aquele a manifestar maior oposição a atitude de Carvalhal, quando, em sentido completamente oposto a esse, era o magistrado que mais resistia a posições favoráveis aos trabalhadores

[19] *Tribuna Popular,* 5 de outubro de 1946

ISSN: 2318-9517

nos recursos do TST. Este caso demonstra, portanto, como é apressado, muitas vezes, imputar aos juízes comportamentos permanentes ou papéis rígidos no que se refere às suas posições diante dos conflitos de classes.

Por outro lado, tais mudanças de posições “repentinas” possuem uma amplitude explicativa maior do que simplesmente aceitar que juízes mudam de opinião. A discussão acerca do tema da greve dos bancários no TST foi motivo de acalorados debates naquela instância, a ponto de Caldeira Neto e Antônio Carvalhal entrarem em um conflito aberto após todo o acontecimento. Tal contenda aconteceu em um recurso de dissídio individual que chegava à última instância, resultado da intransigência dos banqueiros em cumprir o acordo. Nessa disputa não somente poderemos ver a amplitude do conflito entre os juízes, mas também suas concepções sobre o direito de greve.

Em novembro de 1946, o Tribunal discutia o direito do recorrente, José Moreira da Silva, faxineiro do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais, de ser readmitido ao ser dispensado por participação indireta na greve. José foi considerado insuflador da paralisação no ambiente de trabalho. O trabalhador obteve causa ganha na Junta de Conciliação e no Tribunal Regional da 3ª Região. O Banco, então, recorria ao Tribunal Superior do Trabalho. Antônio Carvalhal votara sozinho, sendo voto vencido a favor da readmissão do funcionário. O ministro classista defendia o direito do bancário a permanecer no emprego, porque tal prerrogativa constava na cláusula do acordo homologado pela Justiça do Trabalho entre banqueiros e bancários. Em seguida, Carvalhal provocava os demais ministros afirmando que o Tribunal, ao decidir contrariamente à readmissão do empregado, estaria “rasgando o acórdão”, porque, segundo ele, “este Tribunal, embora com outro nome, homologou o acordo feito entre o Sr. Ministro do Trabalho, o então Dr. Negrão de Lima e os empregados grevistas.”

Para finalizar a sua argumentação Antônio Carvalhal afirmava a sua concepção que ia ao encontro, neste ponto a de todos os ministros: a da ilegalidade da greve. Segundo o ministro classista, “a greve estava fora da lei naquela ocasião, era fato. Mas, houve a interferência das autoridades administrativas, que vieram para as autoridades judiciárias – que éramos nós- para homologarmos, para ter força perante o decreto 9.070 e perante a Consolidação das Leis do Trabalho.” Carvalhal citava a interferência do Estado para homologar o acordo, quando os Sindicatos estavam tomados pelo

Ministério do Trabalho, mas ratificava o respeito que deveria haver pelo direito dos bancários em permanecer no emprego.

Caldeira Neto, "coincidentemente" relator deste recurso, também reprovava a greve dos bancários como ação legal e ia mais além chamando-a de criminosa. Era necessária, segundo relator, a atenção do Tribunal para o fato de que quando a greve aconteceu "estavam em pleno vigor a Consolidação e a Constituição de 37 e, bem assim, o Código Penal." Os artigos dados como violados eram portanto, segundo Caldeira Neto, "os 723 e 725[20] da Consolidação, considerando a greve como uma medida antissocial." Finalizando a sua posição de extrema recusa ao direito de greve, o relator rematava citando o capítulo especial do Código Penal, "dedicado ao crime contra a organização do trabalho." Assim, o magistrado concluía pela punição através da demissão daquele empregado, que já havia sido efetivada pelo Banco do Comércio, ponto de vista seguido por todos os ministros da casa, inclusive pelo outro representante dos empregados, Percival Godoy Ilha.

Em discurso seguinte, Caldeira Neto insuflou-se contra Carvalhal quando o ministro dizia que o acórdão teria sido rasgado, na medida que aquele primeiro era relator da homologação. Foi nesse momento, ao considerar a atitude do representante classista bastante contraditória, que o relator retomou a contenda sobre a exclusão do Banco do Brasil.

> Eu me permito lembrar que venho acompanhando a discussão dos bancários desde os primórdios e a primeira vez que se discutiu neste Tribunal a questão para ser homologada, o Ministro Antônio Carvalhal foi o primeiro a votar contra. Levantada a questão, que deu margem até a saída do então Conselheiro J. Duarte Filho, não se recordava como eu que **não ouvi** que se tinha homologado excluindo o Banco do Brasil, porque não teria eu votado nesse sentido. Como relator de embargos, cheguei à mesma conclusão que S.Exa., porque entendia que **não era possível homologar fazendo a exclusão do Banco do Brasil, que não era parte no processo**. E mais ainda: **achava que o Tribunal não tinha que homologar, de vez que era da alçada exclusiva do Sr. Ministro do Trabalho, em face do que dispõe a**

[20] Os artigos citados da CLT afirmavam, em suma, que os empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonassem o serviço, ou desobedecessem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorreriam em penalidades como suspensão e perda de cargo de representação em sindicato. O artigo 725 parece ter sido o mais utilizado por Caldeira Neto ao chamar a greve de ato criminal. O dispositivo especificava que aquele que instigasse "a prática de infrações previstas ou houver feito cabeça de coligação de empregadores ou de empregados incorrerá na pena de prisão prevista na legislação penal, sem prejuízo das demais sanções cominadas. " BRASIL. *Consolidação das leis do trabalho*. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm.

> **Consolidação das Leis do Trabalho. E S.Exa reconsiderou e deu seu voto em sentido contrário.**

Caldeira Neto relatava o que havia acontecido: o Ministro Carvalhal estava de acordo em incluir o Banco do Brasil, porque verificara que aquela exclusão havia sido imposta. Contudo, após a contenda que levou à saída de José Duarte Filho, devido ao fato daquele afirmar com veemência que o Banco do Brasil não havia sido excluído, Carvalhal optou por reconsiderar o voto. Para finalizar o debate, o ministro classista disse que fora atacado pela imprensa erroneamente, pois a mudança de voto deu-se devido à sua percepção de que quem tinha afastado o Banco do Brasil do acordo fora o "próprio Presidente do Sindicato. Nas suas palavras, "não foi o Tribunal que modificou. Portanto, voltei atrás no meu voto."

Contudo, naquela ocasião do afastamento do Banco do Brasil, os sindicatos dos bancários estavam sofrendo intervenção federal e não haveria como ser emanada uma decisão de um presidente da classe dos trabalhadores e sim do Ministério do Trabalho, por mais que já estivesse sido levantado pelo advogado dos bancários, que o dono do pedido de exclusão do banco era o presidente do DNT, Astolfo Serra, que inclusive tomava parte neste processo como ministro de carreira já empossado no TST. Toda esta situação justificava em parte o ataque da *Tribuna Popular* contra Antônio Carvalhal, acusando-o de ter relações "servis" com o Ministro do Trabalho, Otacílio Negrão de Lima.

Quanto aos Sindicatos embargantes, acreditando ainda na sua reivindicação, e não se conformando com "a injusta e arbitrária decisão do TST" recorreram ao Supremo Tribunal Federal.

Contudo, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Geraldo Bezerra de Menezes, indeferiu o pedido de recurso extraordinário ao STF alegando os mesmos motivos para o não provimento dos embargos: de que não havia impedimento em um conflito coletivo de caráter econômico, como chamava o acordo que homologaram, para que o Tribunal não interviesse de forma a excluir o Banco do Brasil. O Tribunal julgava que seu Poder Normativo, aplicava-se também na homologação de acordos, sendo perfeitamente legal que pudesse incluir cláusulas de sua própria autoria.

Os trabalhadores do Banco do Brasil não lograram seus direitos, mas os bancários ganharam prestígio nos setores mais amplos da sociedade. Anos depois, os

trabalhadores daquele estabelecimento foram os deflagradores da terceira greve nacional dos bancários de 1961 que levou a categoria a conquistar 60% de aumento salarial, movimento que influiu de forma indireta na aprovação da Lei 4.090, que instituiu o 13º salário.[21]

Considerações finais

A greve nacional dos bancários provou que o direito de greve havia sido conquistado na prática e apesar de todos os anos de repressão a que foram submetidos, os trabalhadores puderam demonstrar por intermédio de uma greve nacional a capacidade organizativa que o movimento sindical poderia alcançar. Essa foi também a primeira greve onde o sindicato da categoria assumiu a organização da mesma exercendo de forma efetiva seu papel dirigente.

O movimento grevista foi, portanto, uma grande "prova de força" do movimento. Os bancários conseguiram que seus sindicatos assumissem e coordenassem uma greve iniciada para pressionar o Estado. Paradoxalmente, a categoria conseguiu um acordo final com os banqueiros devido a suas relações de solidariedade com o Legislativo, através do apoio de alguns partidos políticos. A greve de 19 dias encontrou alguns reveses, como a mudança de estratégia dos trabalhadores que vendo frustrada a obtenção da principal reivindicação referente à regulamentação profissional deslocou as suas demandas para o plano econômico imediato, onde podiam obter algum acordo favorável com a ajuda dos parlamentares.

Assim, o relativo sucesso da greve explica-se através da entrada dos sindicatos na arena política para a negociação, não obstante ser precioso afirmar que sua ação estava transbordando os limites das instituições. Entretanto, de que maneira, podem os sindicatos obter recursos de poder, principalmente quando não possuem um Executivo favorável? Alguns fatores foram levantados em pesquisas que mensuram a as oportunidades e recursos políticos como elementos importantes para a compreensão das greves[22]. De fato, a alta sindicalização da categoria, a forte organização, a significativa

---

[21] KAREPOVS, Dainis. *A História dos Bancários*..., p.77.

[22] KORPI, Walter; SHALEV, Michael. Strikes, Industrial Relations and Class Conflict in Capitalist Societies, *British Journal of Sociology* vol. 30, nº 2, 1979. Embora os autores centrem seu estudo no setor industrial da Suécia quando o partido de esquerda social democrata assumiu o poder e com isso o número

unificação dos sindicatos em prol das mesmas demandas e as alianças com partidos de esquerda ou com a ala trabalhista de partidos mais conservadores como a UDN e PR, foram fatores importantes para o jogo político realizado pelos sindicatos no intuito de obter o famigerado acordo com a classe patronal.

Todavia, a luta continuaria. Afinal, o Estado em conjunturas como esta, servia de combustível para o aumento da assimetria de classes, embora fosse ele mesmo, em passado recente, o criador de um arcabouço jurídico utilizado amplamente pelos trabalhadores. Nesse sentido, o Executivo preocupava-se, em alguns momentos, em garantir os direitos conquistados, como no caso da homologação via Justiça do Trabalho. Tal contradição mostra como afirmou Adalberto Cardoso, que “o Estado permanecia raquítico em termos de capacidade de implementar suas políticas. Essa tarefa coube, em grande medida, aos próprios trabalhadores, tanto individualmente, nos tribunais do trabalho ou na resistência miúda no cotidiano das empresas, quanto por meio de suas instituições representativas”, isto é, os sindicatos, moldados pelo próprio poder público[23].

Sobre a luta dos trabalhadores do Banco do Brasil, a contribuição das reflexões de Rick Fantasia é fundamental. O autor considera que o próprio ato de associação de trabalhadores, como neste caso, de união e solidariedade "muda tanto a realidade como os próprios trabalhadores." Ela "cria outro direcionamento e mutualidade[24]".

Partindo desse pressuposto defendo que grande parte dos trabalhadores do Banco do Brasil encontraram na sua "ação de solidariedade" um meio de formar sua consciência e lutar pelos seus direitos como pertencentes àquele grupo. Os funcionários daquele estabelecimento, ativos desde o inicio no movimento reivindicatório, foram fundamentando, no decorrer de suas experiências, a ideia de que eram também "sujeitos de direitos.” A ação que expressava esse sentimento de pertencimento e a necessidade de lutar por esse *status*, estava justamente no uso da greve e dos meios legais

---

de greves diminuiu, a escolha de uma hipótese política por parte dos autores, como fator explicativo dos movimentos grevistas, foi um aporte teórico pertinente para as conclusões deste trabalho.

23 CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *Dados (Rio de Janeiro. Impresso),* v. 53, p. 775-819, 2010.

24 FANTASIA, Rick. *Cultures of solidarity: Consciousness, action and contemporary.* American Workers. Berkeley: University of California Press, 1988.

ISSN: 2318-9517

disponíveis, criados há poucos anos , isto é, consistia na luta coletiva na Justiça do Trabalho.

Por fim, é preciso tecer algumas considerações sobre o papel do TST. O Tribunal Superior do Trabalho representou em ultima instância, como a transição da Justiça do Trabalho enquanto órgão do poder Executivo para uma instituição autônoma do poder Judiciário ainda era marcada por um atrelamento e por relações bastante próximas com o governo. Por outro lado, a disputa envolvendo os bancários já dá sinais da autonomia daquela instituição quando a observação do pesquisador se desloca para a atuação dos magistrados naquele novo contexto. Os ministros dividiam-se bastante em relação aos seus pontos de vista sobre os direitos dos trabalhadores, o que demonstra que não obstante a improcedência de recursos como este dos funcionários do Banco do Brasil, os trabalhadores e patrões dividiriam posições nas sentenças dos recursos que chegavam àquele tribunal.

*As referências bibliográficas e fontes utilizadas estão contidas nas notas de rodapé no decorrer do texto.

Anais do XV Encontro Nacional da ABET

Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea
Rio de Janeiro - 06 a 09 de Setembro de 2017
ISSN: 2318-9517

O Ministro dos Trabalhadores:

Relações sociológicas entre a reputação de Jango no Ministério do Trabalho e o movimento operário (1953-1954)

Barbara Goulart

Doutoranda do PPGSA/UFRJ

barbara_4578@hotmail.com

Introdução

A proposta do presente texto é analisar a reputação de João Goulart enquanto era Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no segundo governo Vargas. Apesar de ter ocupado o posto por menos de um ano, entre 18 de junho de 1953 e 23 de fevereiro de 1954, argumento que esse período foi fundamental para a construção da reputação política de Goulart, marcada pela sua defesa do trabalhismo. Ao longo do texto, argumento que no período em que foi Ministro do Trabalho, Jango se consolida como figura de força no cenário político nacional e como herdeiro do legado do presidente Getúlio Vargas. Isso é possível através da sua vinculação ideológica com os trabalhadores da época. Ao mesmo tempo, a direita e os conservadores passam a vê-lo como uma ameaça em potencial.

Para entender esse fenômeno social, acredito que vale a pena se debruçar sobre uma das principais questões presentes nos estudos de sociologia: a relação entre indivíduo e sociedade. Nesse caso, Jango, como indivíduo, precisou lidar com as estruturas sociais de sua época, para conseguir se afirmar como líder político. Nesse processo, ele forma uma reputação política específica – de ministro dos trabalhadores – que acabaria influenciando toda a sua carreira política e também algumas das memórias póstumas construídas sobre ele. Para entender melhor essa questão, é necessário voltar a Norbert Elias (1994), que afirma:

ISSN: 2318-9517

> Aqui podemos ver como, a não ser que se domine o ofício de sociólogo, é difícil elucidar os problemas que os indivíduos encontram em suas vidas, não importa quão incomparáveis sejam a personalidade ou realizações individuais — como os biógrafos, por exemplo, tentam fazer. É preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo. Tal estudo não é uma narrativa histórica, mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa (...) formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época (ELIAS, 1994, pg. 19).

Enquanto o objeto de estudo de Elias – Wolfgang Amadeus Mozart – precisava lidar com as pressões sociais da nascente sociedade burguesa do século XVIII, argumento que João Goulart precisava lidar com as pressões sociais da conturbada expansão e fragmentação dos movimentos de esquerda do Brasil dos anos 1950 e 1960, que acabaria levando também a uma maior radicalização e fragmentação das demandas dos trabalhadores. Nesse caso, argumento que Jango atuou em um contexto de aproximação das esquerdas com o movimento operário.

Jango e o Movimento Operário

Com medo da descrença do operariado em relação ao regime ditatorial, Vargas passou a capitanear uma transição democrática, temendo, à sua direita, a oposição liberal e sua aliança com os militares (NEGRO e SILVA, 2003). Assim, em 1945 marcou novas eleições e fundou o PTB. Ademais, legalizou o PCB e anistiou Luiz Carlos Prestes. Apesar das discordâncias entre o PTB e os comunistas serem bastante visíveis, a relação entre os dois partidos ainda era marcada por certa aliança, havendo um medo comum da expansão da direita. Com o país recém-saído da ditadura do Estado Novo, grande parte dos trabalhadores ainda estavam muito próximos aos sindicatos e ao PTB.

É nesse contexto de surgimento de novas estruturas sociais que João Goulart inicia sua carreira política, onde os trabalhadores buscavam se afirmar como atores políticos na democracia nascente. No novo contexto democrático surgido a partir do fim do Estado Novo, Goulart aparece como figura proeminente, precisando lidar com as novas estruturas sociais surgidas a partir da volta da democracia. Enquanto Vargas era associado ao autoritarismo, Jango aparece como líder político já no período democrático. Como a expansão dos direitos trabalhistas havia sido promovida por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, grande parte do movimento operário passou a apoiar o PTB, partido do ex-

ISSN: 2318-9517

ditador. Entretanto, o PCB ainda agregava uma parte considerável dos trabalhadores. Para assegurar o controle político da situação, era necessário que o PTB mantivesse os trabalhadores nos sindicatos, fortalecendo assim o sindicalismo corporativista.

Goulart precisava lidar então com os movimentos operários que surgiam no período e com as rixas entre PTB e PCB – que competiam pelo apoio dos trabalhadores. Principalmente, precisava lidar também com o receio dos partidos conservadores e a classe empresarial – preocupados com a ascensão política dos trabalhadores – e ao mesmo tempo, como ministro, preservar as instituições democráticas do país.

O historiador Jorge Ferreira (2005) argumenta que esse teria sido um momento crucial na história do trabalhismo brasileiro, pois "quando o estilo de Vargas alcançava seus limites, em particular no seu desprezo pelo sistema partidário, Goulart contribuiu para que o PTB adquirisse um perfil político e ideológico mais consistente". Assim, Jango assumiu a liderança do movimento reformista (FERREIRA, 2005, pg. 120). É possível comentar também sobre as mudanças introduzidas por Goulart no Ministério do Trabalho. Hugo de Faria, chefe de seu gabinete, disse[1]:

> *"Jango no ministério foi uma revolução, foi uma avalanche de novidades, de humanismo, de popularidade e de paternalismo também... Ele começou uma mudança no ministério do trabalho que era o seguinte: como decorrência do Estado Novo, a figura do ministro era muito protegida, muito cheia de cerimonial, muito complicada para se ter um entendimento. Para se falar com um ministro era um inferno, uma luta. Quem conseguia falar com ministro era homem de prestígio. O ministro era isolado do contato com a plebe, com a massa. Não estou dizendo que isso seja correto, não; mas era assim.*
>
> *(...) Com o dr. João Goulart, qualquer sujeito que queria falar com ele ia no Hotel Regente e falava. Eu tinha pena da recepção do Hotel Regente, porque era um movimento desgraçado. As audiências públicas no Ministério do Trabalho passaram a ser assustadoras. Uma vez por semana, centenas de pessoas chegavam para as audiências, que começavam às quatro horas da tarde e terminavam à meia-noite, uma hora da manhã. Enfim, houve realmente um renascimento do informalismo pelo estado de espírito de Jango – até certo ponto paternalista – de precisar falar com todo mundo. Era todo mundo que ia falar com ele".*

Apesar da citação longa, é possível concluir que Goulart tinha uma reputação mais "popular" do que Vargas. Popular não no sentido de popularidade, mas por estar mais ligada aos trabalhadores e à "massa", como colocou Faria. Jango criou um novo estilo de

[1] As entrevistas de História Oral aqui apresentadas fazem parte do acervo do CPDOC/FGV.

atuação, onde foram suspensas as intervenções nos sindicatos, minimizou a repressão, não perseguiu comunistas, atendeu um grande número de trabalhadores e defendeu um projeto nacionalista de reformas sociais (NEGRO e SILVA, 2003, pg. 66). Assim, apesar das demandas mais radicais e socializantes do Partido Comunista ainda terem certa força entre o movimento operário, com a ascensão de Jango no PTB – que tinha uma posição muito menos autoritária do que Vargas – os comunistas foram de certa forma isolados do jogo político. Portanto, a transição do carisma de Vargas para Jango foi bastante facilitada, já que o apoio popular ao PTB era considerável. Ao mesmo tempo, a figura de Jango se fortaleceu, como foi mostrado, já que os trabalhadores passaram a procurá-lo diretamente para atender suas demandas.

Nessa conjuntura política, as dificuldades políticas de Goulart se colocavam muito mais pela dificuldade de lidar com o conservadorismo dos partidos de direita – principalmente a UDN – e da classe média, do que pelas resistências entre os próprios trabalhadores. Por causa da forte relação de Jango com a classe operária, os conservadores e moderados passaram a associar sua imagem ao populismo. Para eles, a aproximação do ministro com o trabalhador enfraquecia a autoridade política de Goulart. Como opinou Antônio Balbino, parlamentar do PSD da época:

> *"Jango tinha uma intimidade, uma maneira de conversar com o operariado, com os sindicatos, muito própria dele. Já vinha conversando com eles antes de ser presidente, dizendo que era para se fazer greve, para fazer movimento, tinha uma intimidade meio acumpliciativa. Isso enfraquecia a sua autoridade".*

Por causa de sua defesa constante do operariado, a historiadora Ângela de Castro Gomes argumenta que Goulart era visto como ministro dos trabalhadores e não Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, como era o seu cargo oficial (CASTRO GOMES, 2006, pg. 31). Escolhi o termo proposto por Castro Gomes para o título do presente texto porque acredito que abarca muito bem a reputação adquirida por ele neste período, pois a defesa do operariado agradava os setores mais à esquerda – que ainda apoiavam Jango em grande parte nesta época – mas indignava os conservadores e até mesmo alguns dos políticos mais moderados.

Para Castro Gomes (2006), a política ministerial de Goulart era de aproximação com o movimento sindical. A prática de Jango de negociar e se antecipar às demandas

ISSN: 2318-9517

dos trabalhadores, forçando os empregadores a fazerem concessões, foi vista pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira não como uma forma de evitar greve e conflitos, mas pelo contrário, como uma maneira de estimulá-los, e de pregar a luta de classes. "Nessa ótica e de forma equivocada, Jango não era o ministro do trabalho, mas o ministro dos trabalhadores; pior ainda, dos maus trabalhadores" (CASTRO GOMES, 2006, pg. 51). Argumento também que a reputação adquirida por Goulart neste período entre as classes mais conservadoras, teria consequências em sua imagem. Assim, apesar de não determinar o que ocorreria a seguir, argumento que a atuação de Goulart no ministério influenciou decisivamente a construção posterior de uma imagem sobre Jango, imagem que perduraria até o fim de sua presidência e além.

Os sociólogos Boltanski e Thévenot (1983) sugerem que depois que uma imagem sobre um indivíduo é criada, é difícil mudá-la, mesmo quando novas informações são adquiridas. Na maioria das vezes, os primeiros itens de informação sobre alguém produzem na cabeça do indivíduo, implicitamente e quase inconscientemente, uma forma social. Essa forma social é construída a partir de experiências emocionais prévias e, na maioria das vezes, de caráter negativo. Quando novas informações são adquiridas sobre esse alguém, elas não são mais usadas, ou são reinterpretadas para se encaixar na hipótese prévia (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1983, pg. 665).

Aplicando o argumento para o estudo sobre reputações, é possível concluir que depois que se constrói uma reputação negativa sobre alguém – nesse caso, sobre João Goulart – é muito difícil mudá-la. Como foi aludido antes, o processo de construção de reputações é altamente emocional, onde as primeiras informações coletadas levam a construção imediata de uma imagem sobre aquela pessoa. O depoimento de Augusto do Amaral Peixoto mostra isso com clareza. Diz ele:

> *"Como todos nós do PSD, eu tinha receio da atitude que João Goulart pudesse tomar como presidente da República, dada a sua atuação quando ministro do trabalho e a maneira como ele fazia política. No seu gabinete não havia ordem: qualquer um entrava, metia a mão na porta e entrava. (...) Ele achava que isso era democracia, e nós achávamos que isso era falta de hierarquia. Um homem que deixa de ser cidadão para ser ministro, vice-presidente, ou, principalmente, presidente da república, não é possível dar essa liberdade a qualquer um!"*

Logo, nesse caso, argumento que a primeira impressão teve grande importância na trajetória de Jango, fazendo com que os setores mais conservadores da sociedade

brasileira questionassem a sua habilidade para governar o país, já nos anos 1950, o que teria efeitos maiores quando ele ocupasse a presidência em 1961.

Comunismo ou Trabalhismo?

Em fevereiro de 1954, 82 coronéis e tenentes-coronéis assinam e publicam o Manifesto dos Coronéis, que contém a seguinte informação:

> *" (...) Prenuncia-se indisfarçável crise de autoridade, capaz de solapar a coesão da classe militar, deixando-a inerme às manobras divisionistas dos eternos portadores da desordem e usufrutuários da intranquilidade pública. E, com o comunismo solerte sempre à esquerda, serão os próprios quadros institucionais da Nação ameaçados, talvez, de subversão violenta.*
>
> *Urge, pois, que se promova decidida campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas. (...)"*

O documento demonstra com clareza a posição de grande parte dos militares no período, além de outros setores mais conservadores da sociedade brasileira. A "crise de autoridade" presente no governo Vargas estaria produzindo "intranquilidade pública", o que deixaria o país ameaçado de "subversão". Em um contexto de guerra fria, onde o medo do comunismo ainda pairava, as tensões políticas produzidas no período – onde os trabalhadores demandavam cada vez mais os seus direitos – provocavam o acirramento ideológico, onde o medo de uma revolução de esquerda se colocava de maneira palpável e explícita por aqueles que defendiam a chamada "ordem social". A crise econômica do período, com o aumento da inflação, apenas aumentava a instabilidade política.

Nesse contexto, Jango era um dos políticos de esquerda que estaria ameaçando a "ordem". Sua política ministerial de aproximação com os trabalhadores provocava o medo de uma maior radicalização política. A grande mídia brasileira, de tradição conservadora, apoiava a posição dos coronéis. O jornal *Diário de Notícias* publica: "Desde que o sr. João Goulart assumiu o Ministério do Trabalho, se tem acentuado o clima de agitação e exacerbação do conflito de classes, que o sr. Getúlio Vargas diz condenar"[2].

Além de acusado de comunismo, Jango passou a ser cada vez mais criticado por supostamente se aproximar do peronismo argentino. O presidente do Sindicato dos

[2] *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1953, pg. 4

ISSN: 2318-9517

Têxteis do Recife e parlamentar do PTB, Wilson de Barros Leal, ao elogiar a atuação de Goulart no ministério, declarou que os trabalhadores que votassem no PTB poderiam eleger alguém que defendesse os seus interesses de classe, podendo formar assim uma "república sindicalista". Apesar de ter sido usado em tom elogioso, o termo foi reapropriado pelos setores conservadores, onde políticos da UDN e jornalistas de oposição ao governo Vargas – principalmente o udenista Carlos Lacerda, que também comandava o jornal *Tribuna da Imprensa* – acusaram Jango de querer implementar uma "república sindicalista", seguindo o modelo de Perón na Argentina.

Posteriormente Barros Leal tentou desfazer o mal-entendido, insistindo que se tratava de "uma mentira, uma infâmia", e que havia falado "em seu próprio nome". Entretanto, o termo passou a perseguir a reputação de Jango, que passou a ser acusado de ter como objetivo político a implantação de uma "ditadura sindical", como publicaram os jornais da época (FERREIRA, 2005, pg. 128). Até mesmo Abelardo Jurema, político filiado ao PSD, declarou que "Jango sempre foi admirador e amigo do Perón".

O conceito de pânico moral pode oferecer uma pista para entender melhor o clima político do período, onde o medo da radicalização das esquerdas fez com que Jango ganhasse a reputação de político comunista – apesar dessa imagem estar muito longe do verdadeiro perfil ideológico de João Goulart. Segundo Stanley Cohen (1972), os pânicos morais são instigados principalmente pela mídia, que estimula e alardeia inquietações populares em larga escala em torno de certas questões sociais. Goodwin e Jasper (2007) argumentam que os pânicos morais são normalmente iniciados por setores mais conservadores da direita, que por medo ou vergonha da ascensão dos setores menos privilegiados da sociedade, buscam evitar a mudança do status-quo. Os autores concluem:

> Moral panics are rooted in ongoing fears and anxieties about particular groups, especially those arriving from elsewhere, those at the bottom of economic hierarchies, and the young who have not yet been fully socialized (These are the folk devils of many types of political mobilization, including revolutions). There are clear social-structural sources for these feelings of threat (GOODWIN e JASPER, 2007, pg. 626-628).

É possível perceber a relação entre o conceito de pânico moral e a provocação de emoções públicas e coletivas, principalmente de medo. É possível associar essa ideia ao conceito de empreendedor moral de Howard Becker (2008). Os empreendedores morais seriam aqueles responsáveis pelo processo de etiquetagem, ou de classificação dos indivíduos desviantes. Becker salienta que o que há de comum nas várias ocorrências de

ISSN: 2318-9517

desvio não é a desobediência às regras – que são arbitrárias e não naturais – e sim a reação social negativa, que passa a ser ritualizada por meio de práticas e interações sociais do dia a dia. Assim, os empreendedores morais têm certo poder político e social, pois são capazes de controlar o processo de rotulação dos indivíduos, definindo as "regras do jogo". Com uma perspectiva interacionista, é possível dizer que os empreendedores morais servem como construtores ou legitimadores do desvio.

De maneira similar, e também partindo de uma perspectiva interacionista, o sociólogo Gary Alan Fine (2001) trabalha com o conceito de empreendedor reputacional. Ele argumenta que as reputações são disputadas; elas também "estão em jogo" e os empreendedores reputacionais têm interesses e lutam pela legitimação de certas reputações, que devem ser vistas como positivas ou negativas. Portanto, a construção de reputações também seria um fenômeno de etiquetagem. No caso das reputações negativas, os empreendedores reputacionais precisam tornar pública a infração cometida pelo indivíduo, criando, portanto, um estigma em torno daquele que a cometeu.

No contexto político que estamos aqui tratando – o Brasil dos anos 1950 – argumento que o próprio comunismo era considerado um "desvio político" nas sociedades ocidentais. Argumento também que os militares e jornalistas funcionaram como empreendedores morais. Para eles, até mesmo os políticos que não eram comunistas, mas que tinhas uma relação de cordialidade com os mesmos, eram considerados "perigosos". Como estava escrito no Manifesto dos Coronéis, "com o comunismo solerte sempre à esquerda, serão os próprios quadros institucionais da nação ameaçados, talvez, de subversão violenta".

De fato, havia uma aproximação política entre o PTB e o PCB naquela época. Quando Goulart assume a presidência do PTB, os comunistas tentam uma aproximação. Um grupo de militantes do PCB escrevem a chamada Resolução Sindical, aprovada pelo Comitê Geral em 1952, onde os comunistas aceitam o retorno da organização revolucionária aos sindicatos. Porém, a aproximação do PTB e principalmente de Goulart com o PCB, fez com que ele próprio fosse taxado de comunista. Mais uma vez, recorro ao depoimento de Hugo de Faria: "Quando eu fazia uma coisa, ninguém ia procurar a semente comunista no que eu fazia, porque sabiam que eu não era comunista. Quando o dr. João Goulart, como ministro, fazia alguma coisa, procuravam logo uma semente

ISSN: 2318-9517

comunista". Como resumiu Ferreira (2005), uma medida assinada por Faria era considerada normal, mas se fosse pelo titular da pasta causaria sérios problemas políticos ao governo (FERREIRA, 2005, pg. 114).

Com as crescentes tensões, a gota d'água para a saída de Goulart do Ministério veio com o projeto de aumento do salário mínimo em 100%. É importante enfatizar que o Manifesto dos Coronéis, mostrado anteriormente, foi divulgado quase no mesmo dia em que foi oficializada a proposta de aumento. Ao que tudo indica, Goulart já sabia que isso levaria a sua exoneração (CASTRO GOMES, 2015, pg. 51). Antes disso, Goulart pede demissão ainda em fevereiro. Mesmo assim, no dia 1º de maio de 1954, Vargas anuncia o novo salário mínimo, que havia sido duplicado.

Conclusões Iniciais

Como havia sugerido Cohen (1972), a mobilização de emoções possibilita que a sociedade encontre um bode expiatório, no qual seja possível descarregar suas frustrações. Assim, ocorre um processo de "demonização", onde certo indivíduo é responsabilizado pela situação em questão. A mobilização teria uma finalidade política, pois nesse caso, a alusão ao comunismo e a acusação de Jango querer formar uma "república sindicalista" tinham como objetivo a denigração de sua imagem pública.

Ao mesmo tempo, as reputações também ajudam a mostrar por outro ângulo os interesses políticos e sociais que estão em jogo. Assim como os empreendedores morais de Becker (2008), os empreendedores reputacionais também buscam construir valores nacionais, por meio da estigmatização daqueles que não possuem as características desejadas. De maneira similar, as comunidades solidificam as reputações de seus vilões por meio de reações públicas dramáticas, contra atividades que ofendam os valores compartilhados (FINE, 2001).

Assim como no caso dos empreendedores morais, ocorre um processo de rotulação, onde certas características morais são atribuídas ao indivíduo. Ao mesmo tempo, esse processo é arbitrário e construído a posteriori. Não são características naturais ao indivíduo, mas atribuídas a ele pelos empreendedores reputacionais. Portanto, reputações

e rotulações são construções sociais. E em ambos, os comportamentos considerados adequados ou inadequados são definidos a partir de um sistema de valores em particular e arbitrário, definidos pela sociedade a qual pertencem.

As reputações tendem a magnificar certos atributos do indivíduo, assim, é inegável que para os apoiadores de Jango e do PTB ele tinha uma reputação mais positiva – tendo como lembrança principal de seu ministério a sua preocupação com os trabalhadores e com os mais pobres, como era o posicionamento do jornal *Última Hora*, aliado do governo – enquanto para a direita ele tinha uma reputação negativa, como mostrava a *Tribuna da Imprensa* – "afinal, ele quer implementar uma ditadura sindicalista!". Ao mesmo tempo, havia também um terceiro grupo político no período, os comunistas, que tinham uma outra opinião em relação a Jango, onde ele não era exatamente o inimigo, mas também não era visto como herói. Assim, nesse caso, utilizando a terminologia de Fine (2001), é possível concluir que Jango tinha também uma reputação subcultural, já que grupos diferente tinham impressões diferentes sobre ele.

É possível pensar, a partir da teoria durkheimiana, que a criação de vilões e a rotulação de indivíduos, classificados como desviantes – nesse caso os comunistas e até mesmo os trabalhistas eram considerados desviantes – incentivava a coesão social e a integração dos setores de direita, reafirmando os valores morais conservadores que foram rompidos pelo indivíduo em questão. Assim, as críticas da direita a Goulart enfatizavam a necessidade de rechaçar os valores ou comportamentos presentes em figuras de esquerda como ele. A união desses setores conservadores brasileiros contra Goulart e contra a esquerda seria cada vez mais forte, resultando eventualmente no golpe de 1964.

Bibliografia:

BECKER, Howard S. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Zahar, 2008.

BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L. Finding one's way in social space: A study based on games. **Social Science Information**, 1983.

ISSN: 2318-9517

CASTRO GOMES, Ângela. Memórias em disputa: Jango Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **João Goulart:** Entre a memória e a história. Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 31-55, 2006.

COHEN, Stanley. **Moral panics and folk devils.** London, MacGibbon & Kee, 1972.

ELIAS, Norbert**. Mozart:** Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista:** getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.

FINE, Gary Alan. **Difficult Reputations**: Collective Memories of the Evil, Inept, and Controversial. University of Chicago Press, 2001.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. **Social Movements:** Politics and Strategy. Routledge, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). IN: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (org.). **O Brasil republicano – O tempo da experiência democrática** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p.155-194.

ISSN: 2318-9517

Trabalhadores da cerâmica: entre a vida pretérita a experiência frente às olarias – 1970 - 1990

João Henrique Zanelatto

Universidade do Extremo Sul Catarinense

jhz@unesc.net

> [...] nunca houve um só tipo de 'transição'. Atenção desta recai sobre a totalidade da cultura: a resistência à mudança e o ascenso à mesma surge da cultura inteira... o que necessita dizer-se não é que uma forma de vida é melhor que a outra, mas sim que é um ponto de um problema muito mais profundo; que o testemunho histórico não é simplesmente um de mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também de exploração e resistência à exploração; e que os valores são suscetíveis de serem perdidos e encontrados. (THOMPSON, p.271-289, 1984).

O final da década de 1960 foi marcado pelo grande crescimento de setor da cerâmica vermelha em Morro da Fumaça[1]. Em 1977 eram 100 cerâmicas/olarias (Correio do Sudeste, 1977). Conforme o IBGE em 1980 eram 74 cerâmicas/olarias. O Sindicato das Indústrias de Olarias de Morro da Fumaça SIOMF 1992 registrava 62 cerâmicas/olarias no município. No Sul Catarinense em 1997 somavam cerca de 200 empresas e 75 em Morro da Fumaça. O município contava com mais de 10% da produção estadual, era conhecido como a "capital do tijolo" no Sul Catarinense. Este grande crescimento do setor levou a necessidade da ampliação da força de trabalho que eram provenientes de vários municípios do sul catarinense como, por exemplo, Imaruí, Jaguaruna, Laguna, (trabalhadores empobrecidos das áreas de pesca), Jacinto Machado, São João do Sul, Orleans (agricultores sem terra que trabalhavam na sua maioria na

---

[1] Os proprietários das cerâmicas/olarias eram na sua maioria pertencente às famílias descendentes de imigrantes italianos que haviam se estabelecido em Morro da Fumaça no inicio do século XX e que na década de 1980 haviam também diversificado suas atividades econômicas para mercados, supermercados, lojas de confecções, moinhos de arroz, farmácias, postos de gasolina... Esta diversificação contribui para aumentar a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores das olarias que recebiam seus salários em "vale" para comparar no mercado, supermercado, lojas do próprio proprietário da cerâmica ou de um parente. (ZANELATTO, 2011).

condição arrendatários ou agregados). Muitos trabalhadores eram provenientes de outros estados, em especial do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Foram estes trabalhadores migrantes, despossuídos, sem qualificação que vieram a constituir na mão-de-obra das cerâmicas/olarias de Morro da Fumaça e eram atraídos pela possibilidade de encontrar trabalho para todos os membros da família, casa para morar, lenha para fogão... Entretanto frente às olarias estes trabalhadores foram submetidos às péssimas condições de trabalho (baixos salários, pagamento dos salários em sua maioria com "vale", exploração do trabalho feminino e infantil, exposição em alta temperatura...) e moradias precárias com banheiros coletivos, sem forro, saneamento básico...

Como evidenciado, em sua maioria os trabalhadores das cerâmicas/olarias eram procedente de outros municípios da região sul e de outros estados que migraram para Morro da Fumaça. Nesse sentido, pretendemos fazer algumas reflexões sobre os elementos que possivelmente tenham contribuído para mudanças nos hábitos de vida desses trabalhadores e, assim, dar visibilidade aos seus valores culturais.

Para entendermos o que acontece com esses homens e mulheres, faz-se necessário compreender a transformação em seus modos de viver. Queremos perceber se os trabalhadores rurais, pescadores, encontram soluções para substituir a horta, as frutas, o peixe, a criação de animais e aves, já que nas cerâmicas/olarias essa produção doméstica que garantia a subsistência praticamente não era mais viável. Em todas as esferas da vida foram sendo necessários reajustes, mudanças para a sobrevivência (lazer, crenças, escola, poderes etc.). Esses reajustes e mudanças foram percebidos nas comparações feitas pelos trabalhadores, em relação a situações, comportamentos e valores da vida onde viviam e nas olarias. Enquanto para os trabalhadores rurais e pescadores a alimentação era extraída da natureza, nas cerâmicas/olarias passaram a depender exclusivamente do dinheiro[2]. A narrativa do Senhor Ivo Campos procedente de Jacinto Machado (município localizado no Sul Catarinense) evidencia esta mudança na vida destes trabalhadores.

> Pra mim é melhor viver lá do que aqui. Se é pra viver como agente vive aqui, eu prefiro lá. Mesmo que sobre um pouquinho. Mais lá ainda é melhor. É difícil trabalhar de arrendatário e não ter um pedaço de terra pra fazer uma horta. Tem

[2] Grande parte deste escrito fundamentou-se na perspectiva da história oral (AMADO. FERREIRA, 1996). As entrevistas presentes no texto foram realizadas em 1996 e 1997.

ISSN: 2318-9517

> cana pra chupar, as crianças gostam. Aqui não tem nada. Aqui se tiver dinheiro come se não tiver não come. Lá se tu não tiver uma fruta, uma verdura e um outro vizinho tem, é só ir lá pedir pro vizinho. Posso apanhar uma fruta ai? ‘pode não tem problema’. (CAMPOS, 1996).

As comparações feitas pelo senhor Ivo sobre a vida na agricultura, e a vida frente às olarias, quanto aos alimentos, já contém a consciência das diferenças entre a cultura de subsistência e o modo de vida urbano. Além disso, essa fala mostra a tensão provocada pela mudança no modo de vida. O trabalho nas olarias foi impondo transformações em seu modo de viver. Thompson explicita isso ao falar da mudança de vida dos trabalhadores na Revolução Industrial: “O processo de industrialização precisa impor o sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível.” (THOMPSON, p.29, 1987) A transição de trabalhadores rurais e pescadores não foi apenas uma transformação de mudanças e locais de trabalho. A questão fundamental colocada foi, sobretudo, a mudança na forma de existência social de trabalho, isto é, a transformação definitiva desses sujeitos em força de trabalho assalariada. A troca da força de trabalho por dinheiro, o assalariamento, torna-se o fator determinante do trabalho e da vida dos trabalhadores em olaria. Diante da olaria, não se tornaram apenas trabalhadores, mas também consumidores em grau mais elevado, com uma renda em forma de salário, em dinheiro, com o qual precisavam comprar bens que antes não faziam parte do seu universo cultural. A dependência exclusivamente do dinheiro para a obtenção dos bens necessários à sobrevivência vai provocando mudanças nos hábitos de vida desses homens e mulheres.

Simone Weil aponta vários motivos para acontecerem mudanças nos hábitos de vida dos operários. Considera o dinheiro um dos principais venenos que propagam essa doença.

> O dinheiro destrói as raízes por onde vai penetrando, substituindo todos os outros motivos pelo desejo de ganhar. Vence sem dificuldade os outros motivos porque pede um esforço de atenção muito menor. Nada mais claro e simples que uma cifra. (WEIL, p.412, 1996).

A mudança nos hábitos de vida pode levar também a uma situação limite. Percebemos essa situação na fala de seu Edir Borges (natural de Jacinto Machado, há

vinte e oito anos trabalhando nas cerâmicas/olarias), quando relata as dificuldades que passou ao trabalhar nas olarias.

> Aí como eu estava te contando eu me casei com ela. E agora viemos pra Morro da Fumaça, faz 28 anos. Então aqui começamos, tinha meus guris mais ou menos grandes. Começamos a trabalhar lá no seu Flávio Salvan. Do seu Flávio Salvam passei pro Cristiano. Vou te contar as olarias que nos passamos: do Cristiano passamos ali para os Maragno, trabalhamos com a Sila Salvam no Vargedo, trabalhamos no Plínio Salvam, trabalhamos com o velho Jak Bortolon. Olha o que é olaria aqui no Morro da Fumaça eu passei quase tudo. Mais comemos o pão que o diabo amassou. Essa mulher inventou de tomar uma soda aí. Veneno. Se envenenou. Ficamos aí tratando dela só com leite. Ela pensando agente pobre não tinha jeito que fosse pra frente. Trabalhavam a morrer... pedir nós era inimigo de pedir alimento. (BORGES, 1997).

Como exposto por seu Edir, essa situação limite foi experimentada principalmente por sua esposa, tendo a morte se apresentado como solução definitiva para livrar-se da rudeza imposta pelas condições de vida. Outro aspecto da narrativa de seu Edir é a rotatividade, que entendemos ser uma forma de resistência frente precariedade das condições de trabalho.

Ana Maria Quiroga Fausto Neto aponta que são principalmente as mulheres operárias que sentem na carne as duras condições de vida da família.

> O lar operário enfrenta, mesmo dentro de suas quatro paredes, toda uma série de contradições, a partir da posição estrutural que vivem seus membros integrantes. É dentro do próprio lar que ela vivencia ‘na carne’ a contradição do trabalho e do esgotamento do marido, dos filhos e de si própria. É lá que ela experimenta a falência do salário de cada um, isoladamente, e do conjunto em relação ao nível de necessidade da família. (NETO, p.84, 1982)

É dentro do próprio lar que a mulher enfrenta concretamente a posição de desigualdade e de desvantagem em que estão ela e sua família no acesso a determinados bens e serviços oferecidos socialmente. São elas que vão ao mercado e fazem as compras, são elas que pegam as filas no posto de saúde ou hospital etc. Poderíamos apontar, ainda, uma série de experiências da situação de classe que, mesmo dentro do lar, a mulher operária experimenta.

Em Morro de Fumaça, a maioria das famílias vindas para trabalhar nas cerâmicas/olarias, diante das enormes dificuldades econômicas, passam a morar em casas fornecidas pela empresa, acontecendo a exploração da força de trabalho pela

proletarização da família inteira, direta ou indiretamente. Na reflexão de Antoine Prost, "a totalidade da existência do trabalhador e de sua família é organizada em função do trabalho a ponto de se confundirem trabalho e família numa mesma identidade". (PROST, p.61, 1992).

Dessa forma, dos trabalhadores que vieram para Morro da Fumaça, dos mais variados municípios da região sul e do estado, todos os membros das famílias que atuavam na produção também foram absorvidos nas cerâmicas de forma diversa. Todos os indivíduos com capacidade produtiva são absorvidos pelas cerâmicas, sejam mulheres ou crianças menores. A mulher casada, em geral, desenvolve serviços domésticos e o serviço de reprodução da força de trabalho, produzindo condições materiais de sobrevivência na forma de alimentação, limpeza da casa etc. Além dos serviços domésticos, não é pequeno o número de mulheres casadas que atuavam nas olarias fazendo os mesmo trabalhos realizados pelos homens.

Em entrevista ao Jornal da Manhã, dona Eva de Sá, 50 anos, diz já sentir os reflexos do trabalho insalubre. Após a morte do marido, ela teve que trabalhar como queimadora de tijolos no forno de uma olaria. Aos 43 anos, teve que largar por causa de problemas na coluna, nos rins e reumatismo. "Queimador não tem fins de semana, feriado nem dia santo. Se tiver produção tem que trabalhar". (SÁ, p.3, 1997) Dona Eva diz que o que mais lhe causa arrependimento é ter vendido a terra que tinha em Orleans para trabalhar na cidade. "Hoje não tenho nenhum teto pra morar, moro de favor na casa que a firma dá". (SÁ, p.3, 1997) Ao que parece, dona Eva, ao dizer que "mora de favor", não tem consciência de que seu trabalho é quem paga a casa onde mora.

Reportando-nos às palavras do senhor Ivo, quando diz que era melhor viver lá do que aqui, e à narrativa de dona Eva, que diz estar arrependida de ter vendido a terra para trabalhar na cidade, cremos que o trauma provocado pela mudança no modo de vida não foi superado. Isso é um sinal de que abortou o projeto de sua integração à nova realidade. Essa situação, evidentemente, existe, mas não é única.

Inferimos que, mesmo nos casos em que os migrantes são afetados por mecanismos de exclusão e privação, na maior parte, o lamento já é feito através de valores que indicam a assimilação de padrões do mundo urbano.

A narrativa do senhor Ivo e de dona Eva ainda possibilita uma reflexão sobre a importância da terra em suas vidas. Portanto levantamos a seguinte questão: o que

ISSN: 2318-9517

significa simbolicamente a terra para esses sujeitos? Os indícios apontam que a terra significa muito mais do que o simples valor da colheita. Ela significa "independência", como salienta Thompson: "A terra carrega sempre outras conotações de status, segurança e direitos". (THOMPSON, p.64, 1987) A terra também garante a economia familiar tradicional.

Percebemos nas narrativas que a mudança nos hábitos de vida vão ocorrendo devido a vários motivos: a perda da terra e da casa, a impossibilidade de reproduzir a economia de subsistência, a perda da independência, reproduzindo a total dependência da empresa, a desvalorização dos conhecimentos adquiridos, a extrema pobreza e o preconceito da cidade. Esse último motivo se explica porque trabalhar das cerâmicas/olarias era visto de forma pejorativa**.** Esses elementos contribuíram também para certo "isolamento" desses sujeitos que, sem amparo e marginalizados, têm que se "adequar" a ampliação da precarização de suas condições de trabalho e vida.

O senhor Zeferino João de Borba (proveniente de Jacinto Machado) narra com indignação a situação de "quase isolamento" em que está submetido: "esse salário vagabundo não da pra viver né. Da só pra comer mali mali. O cara nem pode sair de casa, porque não tem uma roupa boa, um tênis... nada". (BORBA, 1996) Os parcos salários não permitem a seu Zeferino e sua família uma maior aproximação à comunidade em que estão inseridos. Esse novo ambiente, desconhecido e diverso, ao qual não estavam habituados, obriga-os, inicialmente, a um "quase isolamento". Ao que parece, os lugares públicos frequentados por esses trabalhadores desde a chegada se restringem ao supermercado, para fazer suas compras, ao posto de saúde, ao hospital, quando acontecia alguma enfermidade, e a escola dos filhos. Não é preciso ser muito bom observador para perceber que, nos finais de semana, esses trabalhadores ficam em frente às olarias, como se estivessem esperando o dia terminar para recomeçar mais uma semana de labuta.

A fala do senhor Zeferino se confunde com a do senhor Edir, quando este estabelece comparações entre sua vida antes de migrarem para as cerâmicas/olarias e diz:

> Lá naquela época, agente, roupa não comprava, roupa feita que nem agora. Comprava fazenda nos armazéns de fazenda, comprava as peças e fazia em casa. Uma maquinazinha dessa tocada a mão. Fazia as camisas de algodão... de algodão mesmo. Era a roupa que nós vestia, feita em casa. Tecido feito em casa. Trabalhava com aquilo, era obrigado, tinha que se vestir. E aquilo ali era

ISSN: 2318-9517

> fácil, agente mesmo fazia né. (Risos) Se tocar de comprar já era diferente (BORGES, 1997).

Seu Zeferino e seu Edir, tanto como os outros trabalhadores rurais e pescadores, ao migrarem para trabalhar nas cerâmicas/olarias, entram no mundo por excelência do dinheiro e, portanto, da mercadoria, do comércio, da aparência onde o apelo ao consumo é veemente. Esses sujeitos passam a enfrentar diariamente o contraste de sua condição de "pobres" com o modo de viver dos abastados. A pobreza absoluta, quase sem contrastes, ficou para trás.

Além disso, o trabalho nas olarias vai gerando outras necessidades, outros hábitos, sendo de grande importância na configuração da mudança de cultura, que se apresenta, sob certos aspectos, com restrição, ampliação ou redefinição de necessidades. As mudanças e o aumento do ritmo de trabalho empreendidos nas olarias contribuem para alterações nas necessidades dos trabalhadores. No dizer de Antônio Candido, "o aumento das horas de trabalho leva a queda da indústria e manipulação domésticas e, consequentemente a necessidade de comprar o que se antes produzia". (CANDIDO, p.180, 1964) Isso quer dizer que, frente às olarias, esses trabalhadores estão se desprendendo das técnicas e conhecimentos que constituíam seu universo cultural anterior.

Nas narrativas desses trabalhadores, as lembranças da economia familiar tradicional são uma constante. Lembram-se dos animais que criavam: o cavalo, a vaca que dava o leite e o porco que dava a banha. As galinhas, o peixe a farinha e o açúcar que faziam nos engenhos; a horta, as frutas, o milho, o feijão, o aipim, o arroz, a cachaça, tudo era plantado e criado. A vestimenta, as calças e camisetas eram também feitas em casa, na máquina de costura; acolchoados eram de palha ou de pena de ganso, os travesseiros eram de marcela galega. O sabão também era feito em casa, a luz era a querosene, os fogões à lenha etc. Praticamente tudo era produzido, pois o dinheiro vinha somente no final da colheita. As poucas coisas compradas eram pagas no final da safra. Mesmo para aqueles que não possuíam mais terras e trabalhavam como arrendatários essas práticas eram viáveis.

O trabalho nas olarias praticamente estabelece uma ruptura com essa cultura material. Mesmo assim, percebemos que alguns trabalhadores tentaram desenvolver algumas práticas do modo de vida anterior, como o senhor Manoel, que tentou criar uma

vaca no terreno do patrão, mas foi proibido, tendo que se desfazer do animal. Seu Ivo também tentou fazer uma horta: "eu preparei a terra com 35 cm de esterco, mais a pirita matou a verdura". (CAMPOS, 1996) Cremos que grande parte dos trabalhadores rurais, quando chegaram a Morro da Fumaça, tentaram recriar algumas das antigas práticas, como a horta, a criação de vacas de leite ou de aves, mas elas praticamente acabaram sendo inviabilizadas, seja pela falta de terras, pelo patrão não ter permitido, pelo esgotamento físico devido às duras condições de trabalho ou pela consequente assimilação dos novos valores, nos quais o dinheiro passa a ser o elemento fundamental para satisfazer as necessidades que a cada dia estão se multiplicando. "Essa multiplicação das necessidades é tanto mais poderosa quanto, conforme sugeri, envolve uma dimensão psíquica que a enraíza no terreno dos hábitos". (CANDIDO, p.181 1964) Quando seu Zeferino diz que não sai de casa porque não tem uma roupa boa para vestir, entendemos que já tenha incorporado os valores urbanos. Ao que parece, há uma preocupação com a aparência, mesmo que não exista a possibilidade material de adquirir as roupas e instaura-se em sua consciência a diferença entre os que têm e os que não têm.

Antônio Candido aponta para "a importância do prestígio associado às práticas e usos de caráter urbano. A tal ponto que a pessoa se sente diminuída quando é obrigada a manter os que se vão tornando, comparativamente desprezados". (CANDIDO, p.181, 1964) Dessa forma, Antônio Candido está querendo mostrar que, ao mudarem de vida, as pessoas começam a achar insuportável quando são obrigadas a executar tarefas que antes eram realizadas sem discussão, visto que não havia outras alternativas. Além disso, no meio urbano o apelo ao consumo é veemente. A posse de um bem material (relógio, televisão, geladeira, roupas etc.) é um elemento de realce da posição individual ou da família.

Esse "quase isolamento" não só acontece com trabalhadores rurais e pescadores. O senhor Gilberto Madeira (proveniente de Lauro Muller), filho de mineiro, ao narrar às duras condições de trabalho nas olarias, aponta alguns elementos que contribuíram para um "quase isolamento" desses trabalhadores quando da sua chegada.

> "Chega em casa morto, moído, não tem condições de de repente é... procurar um direito desse, tipo sindicato. Conversar, procurar se informar mais. A falta de estudo, a falta de conhecimento, transforma... deixa essa gente isolada de tudo, principalmente escola" (MADEIRA, 1997)

ISSN: 2318-9517

Na narrativa de Gilberto Madeira, percebemos que ele tem claramente a consciência de que é explorado. Essa consciência também é percebida nas falas dos outros trabalhadores. Como é filho de mineiro que já havia sido presidente do Sindicato dos Mineiros de Lauro Muller, o senhor Gilberto Madeira acredita na organização dos trabalhadores nos moldes institucionalizados, como o Sindicato dos Trabalhadores em Olarias e foi candidato a vereador em 1988, pelo Partido dos Trabalhadores, sendo derrotado. Em sua narrativa, ele aponta a falta de informações, de conhecimento e, principalmente, da escola como elementos que provocam o "isolamento" e dificultavam a organização desses trabalhadores nos moldes institucionalizados. Os indícios nos levam a crer que as duras condições de trabalho levavam ao cansaço do corpo e da mente, o contraste diário com o mundo onde o dinheiro é o passaporte para a sobrevivência e a mudança nos hábitos que experimentaram com o trabalho nas olarias fez esses homens e mulheres "isolarem-se" em uma vida privada voltada para questões domésticas.

A mudança nos hábitos de vida é sentida principalmente pelos trabalhadores mais velhos. Já os mais novos conseguem se adaptar mais facilmente às mudanças, principalmente a partir da constituição de sua família e das relações que estabelecem na comunidade, sejam através da escola, da religião, do lazer etc.

Referências:

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV. 1996

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2ª ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1964.

NETO, A. M. Quiroga Fausto. **Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho.** Petrópolis. Vozes, 1982.

PROST, Antoine. O Trabalho. In: **História da Vida Privada.** Vol. V. São Paulo, Schwarcz, 1992. P.P. 21-61.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** A árvore da liberdade. Tradução Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1, 2, 3.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

WEIL, Simone. **A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão.** Org. de Ecléa Bosi. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ZANELATTO, João Henrique. **Homens do barro**: trabalho e sobrevivência na cerâmica vermelha. São Paulo: Baraúna, 2011.

Entrevistas Individuais:

Edir Rodrigues Borges, sessenta e seis anos, entrevistado no dia 07 de março de 97 em Morro da Fumaça.

Gilberto Madeira, trinta e três anos, entrevistado no dia 10 de janeiro de 97 em Morro da Fumaça.

Entrevista Coletiva:

Realizada com o senhor Zeferino João de Borba, sessenta anos e Ivo Campos trinta e oito anos, no dia 22 de agosto de 96 em Morro da Fumaça.

Jornais:

A pesquisa no Jornal O Correio do Sudeste foi realizada sistematicamente entre os anos de 1977 e 1983, quando o jornal parou de circular. Já a pesquisa no Jornal da Manhã iniciou em agosto de 1983 a 1997.

Jornal O Correio do Sudeste, Criciúma, 21/05/77.

Jornal da Manhã, Criciúma, 04/07/97.

Jornal da Manhã, Criciúma, 07/07/97.

Jornal da Manhã, Criciúma, 08/07/97.

Jornal da Manhã, Criciúma, 03/11/97.

ISSN: 2318-9517

(DES) INDUSTRIALIZAÇÃO DA MANCHESTER FLUMINENSE:

UMA ANÁLISE A PARTIR DO TRABALHO NAS FÁBRICAS DE SARDINHA

Patrícia Santiago de Medeiros Corrêa
Mestranda pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia e Direito- UFF
pat_uff@hotmail.com

Nilton Soares de Souza Neto
Doutorando pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia e Direito – UFF
niltonsoaresdesouza@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho pretende discutir o trabalho nas fábricas do município de São Gonçalo a partir do ramo de produção de sardinhas enlatadas, tendo como marco temporal dois períodos históricos distintos: o auge da industrialização da cidade e sua posterior decadência. Entre 1930 até meados de 1950, o município localizado na orla da Baía de Guanabara, recebeu a instalação de diversas indústrias atraídas por incentivos fiscais concedidos pelos entes estatais que levaram a cidade a ser apelidada de Manchester Fluminense. Nos dias atuais, marcado pelo neoliberalismo e a reestruturação produtiva percebe-se que houve um processo de desindustrialização de São Gonçalo com o fechamento, transferência e falência de estabelecimentos industriais, inclusive no ramo de conservas de pescado. Utilizando a revisão bibliográfica, levantamento de dados e edições de um jornal produzido pelos comunistas da época, pretende-se reconstruir a história do início do trabalho nas fábricas de sardinhas de São Gonçalo para em seguida produzir reflexões sobre as conseqüências do processo de transnacionalização da indústria do pescado em um contexto neoliberal.

PALAVRAS CHAVE: Trabalho; Industrialização; Pescado

ISSN: 2318-9517

INTRODUÇÃO

O município de São Gonçalo, localizado no estado do Rio de Janeiro, viveu um forte período de industrialização na primeira metade do século XX. O início da industrialização de São Gonçalo a partir de 1930 está situado no escopo de um clico tardio de industrialização mundial na qual se insere o Brasil e que possui como uma de suas características específicas a forte atuação do Estado no desenvolvimento industrial. Este também foi o momento de início da instalação das fábricas de sardinhas enlatadas e seus derivados em São Gonçalo e é considerado o auge da industrialização do município que rendeu a São Gonçalo o título de Manchester Fluminense.

Destaca-se que o conceito de industrialização trabalhado neste artigo não está apenas associado ao crescimento do número de estabelecimentos fabris ou do emprego industrial. O que determina em última instância se um país ou município foi industrializado é a análise da composição das forças produtivas. A industrialização significa uma revolução no interior das forças produtivas a tal modo que estas passam a ser submetidas à dinâmica da dominação do capital industrial. (POCHMANN, 2016)

A partir da década 1980, houve um processo de desindustrialização do município. As sucessivas crises econômicas vividas a partir de 1970, somada a adoção do neoliberalismo e da reestruturação produtiva fizeram as atividades industriais entrarem em decadência em São Gonçalo. Algumas indústrias entraram em falência e outras migraram para lugares mais atrativos. Existiram ainda problemas específicos que contribuíram para esse processo de desindustrialização.

Este período histórico chamado de fase de decadência levou a falência mais de oito fábricas de sardinhas enlatadas no eixo Niterói -São Gonçalo. Estas transformações que levaram São Gonçalo em menos de um século a experimentar um gosto de esplendor e em seguida a declínio, afetaram de forma trágica o mundo do trabalho, intensificando a precarização do trabalho.

Importante ressaltar que uma das principais fontes utilizadas pelos autores são os jornais da época do *Imprensa Popular*, produzido pela militância ligada ao PCB a partir de 1945 e distribuído gratuitamente nas fábricas e bairros operários no Rio de Janeiro. O uso dessa fonte de pesquisa torna-se fundamental devida à escassa bibliografia publicada sobre as fábricas de sardinha enlatadas de São Gonçalo e

ISSN: 2318-9517

também por uma necessidade de reconstruir a história dos trabalhadores destas fábricas a partir de olhares não pertencentes à imprensa oficial da época.

1- A INSTALAÇÃO DAS FÁBRICAS DE SARDINHAS EM SÃO GONÇALO (1930-1950)

Em 1920, começou a existir por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro o inicio de uma preocupação em obter um desenvolvimento econômico com base nas atividades fabris dado que as finanças públicas estaduais se beneficiavam da arrecadação de impostos ligados à atividade industrial (ARAUJO, 2004). Foi neste contexto, que o Estado passou a oferecer incentivos fiscais e desapropriação de terrenos para as empresas que se instalassem em território fluminense. Neste contexto, município de São Gonçalo viveu em duas décadas, entre 1930 e 1948, um forte desenvolvimento industrial que se manteve até a década de 1950 com a fundação de diversas empresas e colaborando com a formação de uma classe que passou a viver do trabalho fabril.

TABELA 1

Nº de Estabelecimentos Industriais fundados por período	1920-1930	1930-1940	1940-1948
São Gonçalo	6	7	23

Dados: IBGE
Elaboração: GEIGER, 1956

E foi assim que a cidade de São Gonçalo já possuía o 3º maior produto industrial do Estado, revelando-se um dos municípios mais relevantes do Estado do Rio de Janeiro (ARAÚLO, 2004). A importância de São Gonçalo no cenário industrial levou a cidade a ser apelidada de *Manchester Fluminense* (PALMIER, 1940) em referência a cidade inglesa berço da revolução industrial.

A localização geográfica de São Gonçalo contribuiu para a instalação de mais de uma dúzia de fábricas ao longo da segunda metade do século XX. Por ser a cidade regada pelas águas da Baia de Guanabara e ter proximidade com o Oceano Atlântico, a atividade pesqueira tinha muito peso na região. GEIGER (1956) confirma que a

preferência de instalação das fábricas de sardinhas no município também ocorreu devido à proximidade geográfica com a Baia. A água limpa proporcionava a oportunidade de abastecimento rápido dos estabelecimentos industriais com a principal matéria prima utilizada na produção – as sardinhas. O autor expõe ainda que além de comprarem o pescado diretamente com os pescadores que vivam na orla, as fábricas possuíam barcos para pesca da sardinha fora da Baia de Guanabara.

Em 1933, o Governo Federal criou por intermédio do Decreto nº 23.348 de 14 de novembro, o Entreposto da Pesca do Rio de Janeiro visando facilitar a organização de estatísticas sobre o pescado e fiscalizar as condições sanitárias das mercadorias consumidas pela população. Além disso, o decreto obrigava que toda a produção de pescado fosse desembarcada no Entreposto da Pesca, abrindo exceção somente para as fábricas de conservas.

O município de São Gonçalo ocupava segundo lugar na remessa de pescado para o Entreposto da Pesca do Rio de Janeiro. Obviamente as empresas de pescado se beneficiavam com a compra direta do peixe vendido pelos pescadores da região. Até porque conforme a análise de várias publicações do jornal *Imprensa Popular*[1], houve denuncias de que o valor de venda do pescado estava acima do poder aquisitivo da classe trabalhadora e indicações de que o Entreposto da Pesca estava tabelando o preço a ser consumido pela população.

Na matéria "*Só os ricos comem peixe*"[2], o jornal *Imprensa Popular* expõe a existência de um mercado paralelo no Entreposto da Pesca que facilitaria a venda de peixe mais barato para restaurantes enquanto a população seria obrigada a comprar o pescado inflacionado. O camarão desembarcado no Entreposto por 13 cruzeiros/quilo seria vendido por 35 e 40 cruzeiros para os trabalhadores da região que já sofreriam com preço alto da carne de vaca.

Essa política de permitir que as fábricas de conservas comprassem o pescado a ser processado diretamente da mão dos pescadores sem a fiscalização do Entreposto da Pesca também era uma forma de baratear a produção atraindo assim a atenção dos investidores desse ramo e incentivando a industrialização do Estado do Rio de Janeiro.

---

[1] De acordo com FERNANDES, o jornal Imprensa Popular era distribuído gratuitamente pelos militantes comunistas em várias cidades fluminenses. Este jornal começou a ser editado em maio de 1945 com o nome Tribuna Popular e em 1948 trocou de nome para driblar a censura.

[2] Imprensa Popular, matéria publicada em dia 30 de agosto de 1951

ISSN: 2318-9517

As primeiras fábricas de sardinhas a se instalarem no município de São Gonçalo foram a Companhia Brasileira de Produtos da Pesca e a Tarragoé e Martinez, ainda na década de 1930. Em 1941, se instalou no porto do Gradim em Neves a Fábrica de Enlatados de Sardinhas Netuno. Logo em seguida, outras fábricas foram sendo fundadas, tais como: Piracema, Rubi e Peixe. Todas elas tinham em comum o interesse em disputar o mercado brasileiro, especialmente no interior do país, que carecia de peixe fresco.

Outro fator relevante para atração das fábricas era o custo mais barato da mão de obra oriunda de uma zona rural e não organizada. O salário mínimo do Estado do Rio de Janeiro em 1955 era de Cr$2.200,00 enquanto para o Distrito Federal (atualmente cidade do Rio de Janeiro) era de Cr$2.400,00. Além disso, existia uma força de trabalho concentrada e disponível que era formada pelas esposas e filhos dos pescadores. Já nesta época o trabalho feminino e infantil era muito requisitado pelas indústrias (GEIGER, 1956). Na foto da Companhia Brasileira de Produtos da Pesca, única imagem disponível do período encontrada, percebe-se que a presença de mulheres era majoritária.

FOTO 1: Companhia Brasileira de Produtos da Pesca, década de 1930.
Autoria: Desconhecida

Ressalta-se que a Prefeitura Municipal então governada por Samuel Barreto, nomeado pelo Interventor Federal, concedeu através de ato de ofício, benefícios para que a Empresa Brasileira de Expansão Industrial S. A. para que se instalasse no Porto da

ISSN: 2318-9517

Madama. A fábrica que deveria ser movida a eletricidade recebeu isenções fiscais de todos os impostos municipais durante cinco anos, contados a partir de 25 de agosto de 1931[3]. As principais atividades da empresa seriam conservas de peixe, legumes e frutas.

A produção de gêneros alimentícios, incluindo sardinhas, representava em 1953, quarto lugar em geração de riqueza industrial do município de São Gonçalo, perdendo em valores somente para a transformação de minerais não metálicos (cerâmica, vidros, cimento), metalurgia, química e farmacêutica.

Mas apesar do grande crescimento que o setor de pescado apresentou no período, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores da região ainda eram precárias. Há indícios de que as relações de trabalho nas indústrias eram sazonais e informais, em obediência a necessidade do empregador, não oferecendo qualquer tipo de garantia aos trabalhadores. GEIGER (1956) aponta que se constituía em um hábito os operários trabalharem parte do dia ou mesmo ficarem em casa, sem ganhar.

No jornal *Imprensa Popular* existem registro de pelo menos duas matérias denunciando as condições de trabalho das fábricas de sardinhas. A primeira intitulada "*Péssimas Condições de Trabalho nas Fábricas de Conservas de Niterói*"[4] conta que uma comissão de trabalhadores das indústrias de conservas de São Gonçalo havia procurado a sucursal do jornal para contar que nas fábricas Rubi, Coqueiro e Netuno e outras, os empregados estariam trabalhando sem nenhuma proteção ou higiene.

Outra matéria publicada "*Falta de Higiene na Fábrica de Sardinhas*"[5] chamava a atenção para o fato dos trabalhadores da Conservas Caçula S/A estarem se sentindo asfixiados pelas emanações oriundas dos detritos que não recebiam tratamento e questionavam a falta de atuação do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Saúde do Estado do Rio.

Por ocasião da eleição para o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Conservas de Pescado em São Gonçalo, A *Chapa da Renovação*, apoiada pelos comunistas, aparece nos jornais através de denúncias de trabalhadores da Fábrica de Conservas Rubi que estariam insatisfeitos com as atitudes do Presidente da Federação dos Trabalhadores em Conservas de Pescado, Sr Alcebiades, e empregado daquela

---

[3] Jornal O São Gonçalo, ato oficial publicado em 20 de dezembro de 1931, p. 4. Ato n60, de 18 de dezembro de 1931
[4] Jornal Imprensa Popular, matéria publicada na década de 1950 sem data
[5] Jornal Imprensa Popular, matéria publicada em 23 de fevereiro de 1954

ISSN: 2318-9517

fábrica. De acordo com o jornal, apesar de Alcebiades ser membro de uma entidade representativa dos trabalhadores, o mesmo estaria agindo dentro da fábrica conjuntamente com o gerente, na perseguição de trabalhadores.

> Há poucos dias algumas operárias estariam lavando as mãos quando faltavam quinze minutos para às 17h. Tanto bastou para que o Alcebiades marcasse os cartões daquelas operárias com horário de 16:30h, fazendo assim com que perdessem 30 minutos de trabalho. (Imprensa Popular, p.6, 26 de setembro de 1956)

Neste episódio retratado no jornal, o mais assustador para além das disputas sindicais entre o representante da federação e a chapa concorrente ao sindicato, é o fato de estar explícita uma denúncia de um setor da categoria que afirma existir uma repressão tão grande dentro da fábrica, a ponto de um gerente da Rubi andar armado, *de revolver à cinta*.

> Mas não é somente Alcebiades que persegue os trabalhadores. Também o gerente Zé Anacieto, como autentico policial de revolver à cinta, afronta e humilha os trabalhadores, procurando sufocar a onda de protesto reinante contra as péssimas condições de trabalho e contra os constantes atrasos de pagamento. Entretanto, os trabalhadores da Rubi não estão dispostos a tolerarem por muito tempo tal situação. E já se verifica um movimento de unificação dos trabalhadores daquela e de outras empresas de conversas, visando por termo a essas perseguições. (Imprensa Popular, p. 6, 26 de setembro de 1956)

Há ainda depoimentos de trabalhadores da época que afirmam não terem tido seus direitos respeitados pelos donos das fábricas de sardinhas, conforme apresenta pesquisa realizada por FERNANDES:

> Essas condições de trabalho só faziam piorar em decorrência da postura pouco democrática assumida pelos capitalistas locais no chão de fábrica. O descumprimento da CLT era uma constante. Às vezes, isso era feito, inclusive, com a cumplicidade dos próprios trabalhadores. Foi o que ocorreu na fábrica de sardinha Netuno em 1945, segundo nos contou em entrevista um ex-operário dela e antigo comunista gonçalense, Hermínio da Silva. Toda vez que os fiscais da Delegacia Regional do Trabalho, sediado em Niterói, se dirigiam a essa empresa, seus proprietários não perdiam tempo, procuravam "driblar a fiscalização", pedindo aos trabalhadores de menor idade que se escondessem, como muitas vezes o próprio Hermínio da Silva procedeu, durante a fase em que trabalhou na fábrica de sardinha Netuno. (FERNANDES, p.39, 2009)

ISSN: 2318-9517

Estes dados são importantes para ilustrar o processo de formação de uma classe trabalhadora local com características e identidades fabris. Essa industrialização avançada do município aliada a concentração de pessoas em busca de trabalho e renda também modificou a aparência da cidade que passou a demandar por políticas de infra-estrutura e sociais que não se concretizaram.

2 – O FECHAMENTO DAS FÁBRICAS DE SARDINHAS EM SÃO GONÇALO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

A partir de 1980, começa a se desenhar no município de São Gonçalo, um processo de desindustrialização, com a saída e fechamento de várias fábricas. Este período até os dias atuais são considerados por muitos autores como uma fase de declínio e decadência das atividades industriais no município, muito embora se ouça com freqüência de entes públicos e privados promessas de revitalização do parque industrial gonçalense.

MODESTO (2003) e ARAUJO (2004) atribuem como uma das causas da desindustrialização do município a falta de infra-estrutura básica, como abastecimento de água, rede elétrica, e serviço de transporte, que não teria acompanhado o crescimento populacional. Dizem ainda que a falta de investimento pode ser explicada pelo não beneficiamento dos impostos gerados no antigo Distrito Federal.

ARAUJO (2004) ressalta que, em sua opinião, um dos problemas enfrentados pelo município seria a inexistência de um complexo industrial propriamente dito, pois o município seria caracterizado por uma cadeia produtiva incompleta até 1950, com a ausência de indústrias no ramo de mecânica, material elétrico e comunicação, material de transporte, madeira, mobiliário, têxtil e calçados. Essa inexistência de completude, seria responsável por uma dificuldade em prosseguir com o desenvolvimento industrial. O autor defende ainda que o título de Manchester Fluminense seria ufanista e tinha como objetivo atrair investimentos para a região.

Sabe-se também, que a desindustrialização não foi uma peculiaridade do município de São Gonçalo. O mundo passou por mudanças significativas nas últimas décadas, que levaram a novas dinâmicas do capital. O neoliberalismo, por exemplo, foi

ISSN: 2318-9517

um dos caminhos percorridos pelo capital em sua ofensiva para sustentar o lucro das empresas em meio a cíclicas crises econômicas. No setor pesqueiro, uma das primeiras medidas neoliberais de caráter nacional foi a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE. Esta autarquia federal havia sido criada em 1962 com o objetivo de planejar as ações do Estado no setor.

MARTINS (2006) aponta que a criação da SUDEPE foi responsável por um grande incremento produtivo no setor pesqueiro, com o aumento da pesca e do número de fábricas de enlatamento do pescado que teriam em dois anos subido de 22 empresas para 40, em 1965. A SUDEPE também foi organizadora de relatórios estatísticos e levantamento de dados sobre o setor pesqueiro. Em 1969, a SUPEPE pesquisou 38 estabelecimentos industriais no Estado do Rio de Janeiro, relacionados a atividades pesqueiras. Foram declarados por essas empresas a existência de 2.379 empregados, dentro os quais, 87% estariam trabalhando nas indústrias que operavam o pescado em conservas.

TABELA 2: Número de Empregados declarados segundo o tipo de pescado produzido no Estado do Rio de Janeiro- 1969

Tipo de Pescado	Número de Estabelecimentos	Número de Empregados
Fresco	5	22
Frigorificado	2	28
Conservas	13	2.054
Prensado	15	221
Farinha	1	30
Filetado	2	24
TOTAL	38	2.379

FONTE: SUDEPE, Estatística da Pesca, 1969.
Elaboração: Autora

ISSN: 2318-9517

Do total de estabelecimentos industriais pesquisados pela SUDEPE em 1969, cinco eram localizados em São Gonçalo: Conservas Piracema S.A., União Brasileira da Pesca e Conservas LTDA, Industrias Reunidas São Gonçalo, Empresa Brasileira de Produtos da Pesca S.A. (Rubi) e Conservas Coqueiro. Outras quatro empresas se encontravam em Niterói: Sociedade Conservas de Peixe LTDA (Sardinhas Ribeiro), Atlantic Industrial de Conservas S.A., Industria de Conservas Gaivota S.A. e Metal Forty S.A. Conservas Alimentícias.

Em 1976, das 326 unidades fabris pesqueiras do país, 47 se localizavam no Estado do Rio de Janeiro[6]. MARTINS (2006) revela que das 25 firmas e grupos econômicos que receberam financiamento estatal em naquele ano, oriundos do Decreto 221/67 e do FISET/Pesca, cinco se localizavam em Niterói e outras cinco em São Gonçalo.

Em 1973, a Quaker Oats do Brasil, um grupo econômico de caráter global, comprou a fábrica da Coqueiro localizada em São Gonçalo. Desse momento em diante, a empresa que tinha como principal produto sardinhas em conservas e farinha de peixe começou sua expansão e crescimento, posteriormente, no início dos anos 80, diversificando a produção para outras mercadorias e investindo em tecnologia. A chegada da Quaker pode ser apontada como determinante para o fechamento das outras fábricas de sardinhas da região:

> A empresa americana Quaker Oats, através Quaker do Brasil Ltda, adquire a Fábrica Conservas Coqueiro em 1973, proporcionando um aumento na produção de conservas no País. Mais tarde, na década de 1990, ela adquire outras indústrias de conserva no Município de São Gonçalo e Niterói. Para liquidar a concorrência, a Quaker do Brasil adquire quase todas as empresas de sardinhas e alimentos de Niterói, São Gonçalo e até de Itaboraí. (MENDONÇA, 2007, p.28)

Diante dessa política de uma transnacional de atuar pela liquidação da concorrência, restaram em São Gonçalo apenas três fabricas de sardinhas enlatadas – Coqueiro, Piracema e Rubi – fundadas no início da industrialização do município. Em Niterói, que possuía grande relevância no setor de conservas de pescado nacionalmente, todas as fábricas de sardinhas fecharam.

---

[6] Dado apresentado por Martins (2006) com base no Inventário Geral das Indústrias produzido pela SUDEPE.

ISSN: 2318-9517

Estas três fábricas possuem diferentes situações econômicas. A Coqueiro pertence hoje ao grupo econômico Camil Alimentos e mantém uma fábrica no distrito de Neves. Esta fábrica de São Gonçalo é hoje a maior unidade isolada de enlatamento de peixes do mundo e possui grande prestigio entre os seus trabalhadores por proporcionar proteção jurídica e social ainda que os salários sejam baixos até mesmo para os funcionários mais antigos, ficando na média de 2 a 3 salários mínimos. Ressalta-se que de acordo com o vice-presidente do sindicato, o salário dessa fábrica já chegou a ser bem mais alto o que representava grande poder de consumo e qualidade de vida aos trabalhadores.

Já a Piracema e a Rubi são de capital nacional de origem familiar e passaram por grandes dificuldades financeiras nas últimas duas décadas, abrindo processo de falência e recuperação judicial. Seus trabalhadores são em maioria mulheres negras, ganham em média um salário mínimo e apresentam grau de insatisfação com o trabalho quando se comparam com trabalhadores da Coqueiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que o período neoliberal significou uma forte transformação na organização da indústria de pescado em São Gonçalo. A cidade apelidada de Manchester Fluminense foi altamente beneficiada pelas políticas desenvolvimentistas iniciadas no Governo Vargas, marcadas por uma forte intervenção estatal na economia e na emergência da indústria nacional. Apesar dos grandes investimentos na época, as condições de trabalho nas fábricas de sardinhas eram de acordo com os registros dos jornais produzidos pela militância comunista, marcadas pela precarização com fortes indícios de repressão a organização sindical da categoria.

A partir das décadas 1980/1990 houve um processo de desindustrialização. A nova ordem econômica emergente na década de 1980/1990 apoiava-se predominantemente na expansão do capital via centralização/concentração. Iniciou-se assim, a fusão e incorporação de empresas de enlatamento do pescado em São Gonçalo. As fábricas de processamento e enlatamento de caráter familiar e nacional também começam a viver processos de fechamento e falência.

ISSN: 2318-9517

Essas disputas concorrências envolvendo as empresas não possuem como objetivo apenas a ampliação das fatias de mercado, mas também, o aumento da capacidade e grau de exploração da força de trabalho. O fato é que todas essas transformações trouxeram graves conseqüências para o mundo do trabalho. Muito embora tenha sido possível verificar através da imprensa não oficial que já no inicio do processo de industrialização do município de São Gonçalo a presença de trabalho informal, terceirizado e sazonal fosse uma realidade, o fechamento das fábricas de sardinhas da região trouxe para o cenário da cidade uma intensificação da exploração do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de. *O município de São Gonçalo na trajetória do desenvolvimento industrial do Estado do Rio de Janeiro: auge e declínio da Manchester Fluminense.* 2004. 132 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FERNANDES, Marcelo Belarmino. São Gonçalo operário: cenários e personagens das lutas sociais no Município de São Gonçalo no segundo pós-guerra, 1945-1951. 2009. 151 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009.

GEIGER, Pedro P. Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1956.

MARTINS, César Augusto Avila. Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado. 2006. 223 f. 2006. Tese de doutorado apresentada ao Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MENDONÇA, Adalton da Motta Mendonça. *Transformações Sócio-Econômicas no eixo Niterói-Manilha em São Gonçalo/RJ. 2007*. 249 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MODESTO, Nilo Sergio DÁvila. As práticas espaciais do poder político em São Gonçalo. 2003. 154 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

ISSN: 2318-9517

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinqüentenário*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

POCHMANN, Marcio. Brasil sem industrialização: a herança renunciada. Editora UEPG: Ponta Grossa, Paraná, 2016

POPULAR, Imprensa. Várias edições. Rio de Janeiro, 1945-1956.

SUDEPE. Estatística da Pesca. Rio de Janeiro, 1969.

Anais do XV Encontro Nacional da ABET

Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea
Rio de Janeiro - 06 a 09 de Setembro de 2017
ISSN: 2318-9517

Desemprego e marginalidade no Brasil no período 1940-1950

Pedro Henrique Evangelista Duarte

Professor Adjunto - Instituto de Economia e Relações
Internacionais Universidade Federal de Uberlândia

Contato: pheduarte@ufu.br

Resumo:

O processo de expansão da indústria no Brasil, a partir da década de 1930, repercutiu em diversas transformações na dinâmica econômica e nas estruturas produtiva e do mercado de trabalho. Considerando esses aspectos, o presente artigo tem como objetivo central a análise dos impactos das transformações da economia brasileira durante o período 1940-1950, observando quais foram os reflexos da modificação da estrutura produtiva sobre as relações de trabalho. Será analisado o comportamento da dinâmica do mercado de trabalho, através da avaliação das categorias população ocupada, população desocupada e população vinculada às atividades marginais.

Palavras-chave: Industrialização, relações de trabalho, excedente de mão de obra, atividades marginais.

Introdução

A intensificação do processo de industrialização no Brasil a partir da década de 1930 provocou grandes transformações estruturais na organização do sistema produtivo e das relações sociais. É a partir desse momento que se estrutura o mercado de trabalho no Brasil nos moldes da organização produtiva capitalista. Nas “novas” formas de relação capital-trabalho, três elementos passavam a determinar o jogo para os interesses da classe trabalhadora: as condições de trabalho no interior das

fábricas, as possibilidades de absorção de todo o contingente de trabalho disponível, e as alternativas que se apresentavam para aqueles que permaneciam fora do mercado de trabalho.

A partir desses aspectos, o objetivo central do presente artigo é realizar uma análise acerca do mercado de trabalho no Brasil no período 1940-1950, com especial atenção aos elementos relativos ao emprego, desemprego e às atividades marginais. O que se pretende é verificar os impactos das transformações na estrutura produtiva sobre as relações de trabalho, partindo da hipótese de que a expansão industrial resultaria na intensificação da absorção da força de trabalho nas atividades capitalistas, revertendo em possíveis melhorias para o conjunto da classe trabalhadora. Essa análise permitirá não apenas a formulação de uma caracterização do mercado de trabalho no período, mas também a compreensão de importantes aspectos a respeito da relação capital-trabalho na economia brasileira.

1. Aspectos gerais das relações de trabalho no Brasil no período 1940-1950

As transformações que ocorreram no Brasil ao longo da primeira metade do século XX não foram apenas de cunho econômico, ainda que a modificação da forma de organização produtiva e a gradual transição do eixo dinâmico da economia tenham sido fundamentais para entender os processos históricos que ocorreram a partir de então. As transformações no campo social, em especial na forma de organização da sociedade e no estabelecimento de um novo padrão de vida, são fatores centrais no entendimento do novo pacto social que se formaria nos anos 1940, fundamentalmente pela expansão da massa de trabalhadores urbanos e pelos novos conflitos sociais que se formariam à medida que o crescimento da economia exigia um conjunto cada vez maior de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho. É exatamente desses conflitos de ordem política e social que será composta a elaboração do conjunto de leis trabalhistas, impulsionada após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

Do ponto de vista essencialmente social, a crise da produção cafeeira e a organização de uma infra estrutura urbana foram os fatores determinantes, ainda que não exclusivos, na mobilização de um amplo conjunto da população da zona rural para as cidades. Não apenas a possibilidade de adentrar o mercado de trabalho frente à instabilidade da produção agrícola, mas também o acesso a melhores condições de vida, impulsionaram o deslocamento da população entre estados e da zona rural para a zona urbana(GRAHAM e HOLLANDA FILHO, 1984). Esse conjunto de elementos resultaria no crescimento natural da população, fator influenciado diretamente pelas melhores

ISSN: 2318-9517

condições de vida na cidade, mesmo que parte substancial dos trabalhadores vivesse sob condições precárias. É assim que se formará a massa de trabalhadores urbanos, em permanente crescimento a partir dos anos 1940, na esteira do processo de desenvolvimento da economia industrial. É a partir dessa percepção que se pretende a análise das condições de trabalho no período 1940-1950[1], em especial da massa de trabalhadores desempregados e do conjunto de trabalhadores vinculados às atividades marginais.

2. O mercado de trabalho no Brasil

Dois dos aspectos centrais nas considerações sobre o mercado de trabalho dizem respeito, em primeiro lugar, aos impactos da mobilização da população da zona rural para as cidades, e em segundo lugar, das melhorias nas condições de vida sobre o incremento da população, dado serem esses elementos importantes na explicação do incremento da População Economicamente Ativa (PEA)[2].Observando os dados da tabela 1, é possível notar o substancial incremento da população brasileira, que apresenta crescimento de mais de10 milhões de pessoas entre 1940 e 1950, resultando numa taxa de crescimento de 27%. Como naturalmente esperado, a População em Idade Ativa (pessoas com idade mínima para o trabalho) cresce quase que na mesma proporção – 26% entre 1940 e 1950– com aumento de mais de 7 milhões de pessoas.

Tabela 1–População residente, PIA, PEA, população ocupada e taxa de crescimento

Condição	1940	1950	Taxa de crescimento
População residente	41.236.315	51.944.397	0,27
PIA	29.048.877	36.582.023	0,26
PEA	14.817.359	19.528.298	0,32
População ocupada	14.758.500	17.117.400	0,16

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1990).

Por sua vez, a PEA apresentou intenso crecimento entre as décadas 1940 e 1950, ficando bem acima do incremento da população ocupada – 32% da primeira, frente a 16% da segunda – mostrando que, aparentemente, no início dos anos 1950, havia certa limitação do mercado em absorver todo o

---

[1]A adoção do recorte temporal 1940-1950 para a análise se justifica no fato de que se considera ser este o período de expansão inicial da indústria, que viria a consolidar a partir da segunda metade da década de 1950, com o Plano de Metas.
[2]A População Economicamente Ativa engloba todas as pessoas com idade mínima para o trabalho que efetivamente estão no mercado de trabalho, seja vinculados a alguma ocupação, seja desocupados, mas a procura de trabalho.

ISSN: 2318-9517

contingente disponível de mão de obra. De um lado, o crescimento absoluto da PIA acima da PEA poderia indicar uma redução das pressões no mercado de trabalho, dado que um número menor de pessoas aptas ao trabalho estavam, efetivamente, procurando emprego. De outro lado, como a absorção dessa mão de obra foi menos intensa, é possível indicar um aumento do número de pessoas que, uma vez participando do mercado de trabalho, não encontraram ocupação. De modo que a menor transferência de pessoas para o mercado de trabalho não foi suficiente para contrabalançar a relativamente baixa absorção de mão de obra.

Tabela 2 - PEA ocupada, segundo o setor de atividade

	1940	**1950**
Agricultura	9.844.100	10.370.000
Indústria de transformação	1.617.100	2.191.600
Construção	262.700	584.700
Serviços de utilidade pública	54.600	118.800
Comércio	800.900	1.081.800
Transporte e comunicação	500.200	689.300
Serviços	1.576.000	2.034.800
Atividades mal definidas	102.900	46.400
Total	**14.758.500**	**17.117.400**

Serviços	**1.576.000**	**2.034.800**
Serviços governamentais	405.700	512.700
Serviços comunitários, de recreação, etc.	292.800	509.800
Serviços pessoais	877.500	1.012.300

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1990).

As informações da tabela 2 apresentam o comportamento da ocupação por setor de atividade. De acordo com os dados, pode-se observar que a indústria de transformação, seguida da agricultura e dos serviços, foram os setores que apresentam maior crescimento do número de ocupados. Considerando a expansão dos investimentos da indústria, o crescimento do número de ocupados no setor era relativamente esperado, assim como em outros setores (como construção, serviços e atividades ligadas ao serviço público), seja por conta do surgimento de um conjunto de externalidades positivas, seja pela complexificação da estrutura urbana. No caso da agricultura, é preciso considerar que, a despeito dos esforços no sentido de promover a reorientação nos setores responsáveis por comandar a dinâmica econômica do país, esse setor manteve importante papel na geração de emprego e renda na economia brasileira. No entanto, por outro lado, o crescimento da ocupação na agricultura e nos serviços dão indícios de uma possível expansão de empregos marginais. Isso porque parte preponderante dos trabalhos gerados na atividade agrícola eram marcados por baixa remuneração,

ISSN: 2318-9517

elevada jornada e condições precárias de trabalho, o que nos permite ao menos de maneira aproximada indicar o crescimento das atividades marginais.

Levando em conta que um dos focos centrais da análise se trata das atividades consideradas marginais, faz-se necessário atentar para dois setores de atividades, que agregam parte importe desses tipos de ocupação. No setor de serviços (com exceção do item serviços governamentais, que agregam atividades formais) todos os itens apresentam crescimento relativamente alto – representando 351,8 mil pessoas na expansão do emprego, equivalente a 76,7% da expansão das ocupações no setor de serviços e a 14,9% do crescimento das ocupações na PEA. Os serviços pessoais, que agregam as atividades domésticas, serviços de portaria e jardinagem, além de serviços gerais ofertados por trabalhadores autônomos, representam a fração mais importante dos ocupados nessas atividades, ainda que seu incremento tenha ficado abaixo dos serviços comunitários e de recreação – 134,8 mil trabalhadores ante 217 mil no segundo caso.

Por sua vez, as atividades mal definidas apresentaram queda no período, reduzindo em 56,5 mil o número de pessoas ocupadas nessas atividades. Ainda que relativamente baixo em relação à expansão do número de ocupados em serviços e nas atividades agrícolas, a queda dos ocupados em tais atividades amorteceu a expansão dessas atividades consideradas dentro do escopo de atividades marginais.

Tabela 3–Condições inativas e serviços pessoais

Condição	**1940**	**1950**
Inativos	3.058.871	3.017.138
Serviços domésticos	620.100	673.600
Serviços domésticos não remunerados	9.303.495	13.705.346
Outros serviços pessoais	257.400	338.700

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1990).

De acordo com os dados da tabela 3 e 4, para a categoria dos inativos, é possível perceber um aumento considerável na categoria pensionistas, aposentados, jubilados e reformados, que apresenta uma taxa de crescimento de 345,1% entre 1940 e 1950, fator que responde à implementação do conjunto de leis trabalhistas durante a década de 1940. Aumento não menos relevante apresentou o conjunto de inválidos, inativos por defeito físico e alienados, cujo aumento se deu à taxa de 627,2%. De maneira geral, o número de inativos caiu nesse período, com redução de 41,7 mil pessoas. Ainda que o número não seja elevado frente a outras variáveis, é um resultado de que vai de encontro ao comportamento da variável *ocupados*, que apresentou crescimento no mesmo período. No entanto,

ISSN: 2318-9517

mais que analisar se houve ou não crescimento da ocupação, o foco central da análise é entender quais foram os tipos de ocupação que surgiram no período. Se, de um lado, houve queda no número de autônomos urbanos, assim como redução na fração da população vinculada a atividades mal ou não definidas, aumentou o número de empregados domésticos, de empregados e autônomos agrícolas, assim como o número de empregados nos setores de serviço e construção civil – formas de trabalhado tipicamente caracterizadas pela precarização.

Para os itens atividades não compreendidas nos demais ramos e atividades ou condições mal definidas – que compõe que chamaremos, mais a frente, de atividades marginais - é possível verificar queda em ambas, de modo que, conjuntamente, representam queda de 60 mil trabalhadores ocupados nas mesmas. Tendência similar apresenta os inativos por desocupação, com queda aproximada de 570 mil pessoas. Uma vez que os indivíduos considerados dentro da categoria inativos por desocupação seriam a expressão do número de desempregados no mercado de trabalho, é possível apontar uma queda no número de pessoas desocupadas durante o período.

Tabela 4 - Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas

Condição	**1940**	
Pensionistas, aposentados, jubilados, reformados	39.407	175.385
Inválidos	21.963	370.303
Alienados	22.812	
Inativos por defeitos físicos	6.144	-
Presos (em cumprimento de pena ou aguardando julgamento)	12.076	16.038
Inativos por desocupação	37.640	2.290.458
Capitalistas e proprietários	11.277	3.898
Outras condições inativas não compreendidas nas classes precedentes	33.506	120.515
Atividades não compreendidas nos demais ramos	37.064	2.235
Atividades ou condições mal definidas	64.539	44.439
Atividades ou condição, não declarada, de membro de família natural	2.546.454	-
Atividade ou condição, não declarada, de outra pessoa	275.330	-
Total	**3.108.212**	**3.023.271**

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 e 1950 (IBGE).

ISSN: 2318-9517

Tabela 5 - Mercado de trabalho no Brasil

Condição	1940	1950
População em Idade Ativa	29.037.849	36.557.953
População Economicamente Ativa	17.639.143	19.528.298
População Ocupada	14.746.213	17.117.325
População Inativa	14.220.490	17.029.655
PEA Desocupada	2.892.930	2.410.973
Atividades marginais	12.825.835	14.425.578
Taxa de Participação	60,75	53,42
Taxa de Ocupação	83,60	87,65
Taxa de Desocupação	16,40	12,35

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 e 1950 (IBGE).

Feita a exposição das principais formas de ocupação da População EconomicamenteAtiva, bem como o comportamento da população fora do mercado de trabalho, a tabela 5 reúne as informações gerais sobre o mercado de trabalho, as quais nos permite formular sua caracterização no período 1940-1950. Para o cálculo das categorias centrais a serem analisadas – especificamente, a PEA desocupada e os trabalhadores ocupados em atividades marginanis - partiremos da metodologia proposta por Duarte (2015). Para o cálculo da PEA desocupada, considerou-se a somatória dos seguintes itens dos censos demográficos: *i)*inativos por desocupação; *ii)*outras condições inativas não compreendidas nas classes precedentes; *iii)* atividade ou condição não declarada de membro da família natural;e*iv)*atividade e condição não declarada de outra pessoa[3]. Para a mensuração das atividades marginais[4], considerou-se a somatória dos itens no censo de 1940: *i)* atividades domésticas não remuneradas, no domicílio familiar;*ii)* serviços domésticos remunerados;*iii)* outras atividades domésticas remuneradas; *iv)* atividades não compreendidas nos demais ramos; *v)* atividades ou condições mal definidas; *vi)* atividades ou condição, não declarada, de membro da família;e*vii)* atividades ou condição, não declarada, de outra pessoa. Para o ano de 1950, todos esses itens estão incluídos em: *viii)*atividades domésticas não remuneradas, no domicílio familiar;e*ix)* serviços domésticos remunerados.

---

[3]Os itens do censo atividades ou condições não compreendidas nos demais ramos e atividades ou condições mal definidas não foram considerados como parte da PEA desocupada uma vez que representam uma parcela da população que exerce algum tipo de atividade, apenas não categorizada nos demais itens. Já os itens atividade ou condição não declarada de membro da família natural e atividade ou condição não declarada de outra pessoa existem apenas no censo de 1940; no censo de 1950, foram incorporados ao item dos inativos por desocupação.

[4] A análise das atividades marginais segue os preceitos teóricos formulados dentro da teoria da marginalidade, especificamente as teses elaboradas por José Nun e Aníbal Quijano. Para o debate mais detalhado acerca dessas teses, ver Nun (1978), Quijano (1971), Dedecca (1990) e Duarte (2015).

ISSN: 2318-9517

Épossível verificar que, em 1940, o número de desocupados era de mais de 2,8 milhões de pessoas, ao passo que, em 1950, esse número cai para 2.410.973 pessoas. Relativamente ao total daPopulação Economicamente Ativa, a população desocupada passa a ser de 16,40 em 1940 e de 12,35 em 1950. Tais informações apontam para um quadro de relativa melhora entre os dois anos considerados. Por sua vez, a queda da taxa de participação (que representa a oferta de força de trabalho) e a elevação da taxa de participação (que representa a demanda por força de trabalho) apontam para a redução das pressões sobre o mercado de trabalho,com um menor número relativo de aptos ao trabalho passando a fazer parte do mercado de trabalho, e um maior número relativo de trabalhadores encontrando uma ocupação.

Um segundo aspecto a ser analisado se trata do que aqui chamamos de *atividades marginais*. É possível verificar que o número de pessoas vinculadas às atividades marginais perfaziam 12.825.835 em 1940, número que apresenta aumento de 12,47% em 1950. Ao cruzar essas informações com os dados relativos aos desocupados, que apresentou queda no período, é possível apontar que parte das atividades que foram criadas no período se deram exatamente nesse conjunto de atividades marginais, caracterizadas pela vulnerabilidade e pela instabilidade. Essa informação nos permite concluir que, mesmo havendo redução relativa do desemprego, a mesma não necessariamente ocorreu nos setores mais dinâmicos da economia, ou ainda nos setores que já eram cobertos pela récem estruturada legislação trabalhista ou, por fim, em setores com atividades e remunerações estáveis. Nesse sentido, tais atividades acabaram por representar, no período de expansão da indústria no Brasil, importante amortecedor para o mercado de trabalho urbano, especialmente ao reduzir os impactos sobre o número de desempregados e os reflexos desses fatores nas condições gerais trabalho, como a jornada de trabalho e o nível de remuneração.

Considerações finais

De modo geral, é possível verificar que houve melhoria relativa nas condições de trabalho entre os anos de 1940 e 1950, apontando que a elevação dos níveis de produtividade trazidos pela expansão industrial conseguiu ampliar de maneira substantiva a oferta de empregos urbanos, em especial num momento onde foi elevada a transferência de contingentes populacionais tanto da zona rural como de regiões em franca decadência econômica para as regiões Sul e Sudeste, então *locus* principal da produção industrial. De modo que foi ampla a absorção de frações dessa população no conjunto das novas atividades que estavam sendo organizadas. Tal conclusão fica clara quando se

ISSN: 2318-9517
observa, mediante o crescimento da População Economicamente Ativa, um crescimento da taxa de ocupação – representativa da demanda por trabalho na economia – e uma redução na taxa de participação, a qual represetna a oferta da força de trabalho. Em consequência ao aumento dos ocupados, percebe-se queda na PEA desocupada e na taxa de desocupção. Além disso, os dados também nos permite observar o aumento do número de aposentados e pensionistas, reflexo da Consolidação das Leis do Trabalho, e do consequente aumento dos direitos legais voltados à classe trabalhadora. A partir desses resultados que se torna possível indicar a redução relativa das pessões no mercado de trabalho e ampliação dos direitos trabalhistas, criando, aparentemente, condições mais favoráveis e estáveis à força de trabalho.

No entanto, apesar dos resultados aparentemente favoráveis, dois elementos precisam ser considerados. Em primeiro lugar, que os dados refletem as condições de trabalho urbano, e não as condições gerais de trabalho na economia, as quais também agrega o conjunto de trabalhadores rurais. De fato, as condições do trabalho rural tendiam à precariedade, não apenas pela crise na produção de bens primários, mas também pela manutenção da reprodução das formas de trabalho típicas do período escravista. Esses fatores, conjuntamente, são fundamentais na explicação do deslocamento de parte da população rural para as cidades, na busca de melhores de condições de trabalho e vida. Assim, é provável que, considerados os dados sobre o emprego rural, as condições de trabalho fossem, relativamente, mais precárias.

Em segundo lugar, parte das oportunidades que surgiram no mercado de trabalho urbano se deram no conjunto de atividades consideradas marginais que, como pontuado, são caracterizadas pela instabilidade, precariedade e vulnerabilidade. Nesses termos, consideramos haver elementos suficientes para apontar que parte importante da mão de obra conseguiu se inserir apenas em atividades marginais, o que se explica pela ausência de oportunidades nos setores dinâmicos da economia, ou pela própria dificuldade de absorção de determinadas parcelas da população, sendo essa parcela da população, essencialmente, marginal, portanto desprovida dos aspectos mínimos a sua inserção social. As atividades marginais, assim, se apresentavam como a única alternativa a garantia das condições de reprodução de parcela da classe trabalhadora, sendo portanto importante elemento para o amortecimento das condições gerais de trabalho na economia, em especial no que diz repeito às possibilidades de inserção em algum tipo de ocupação.

Em síntese, para apontarmos para uma caracterização mais geral do mercado de trabalho no Brasil no período 1940-1950, é possível demarcá-lo a partir de três aspectos centrais. Em primeiro lugar, pela maior dinamicidade do mercado de trabalho, com ampliação da absorção da mão de obra,

ISSN: 2318-9517

num momento onde a fluxos populacionais em direção às cidades abriam espaço para a formação de uma extensiva massa de trabalhadores desocupados, com crescimento e consolidação do excedente de mão de obra. A dinamicidade do mercado de trabalho foi resultado natural da expansão das atividades industriais e de todo o conjunto de atividades que foram organizados em torno da indústria e em decorrência do crescimento das cidades. Em segundo lugar, pelo início do processo de construção da legistação trabalhista - criação do Ministério do Trabalho, da Consolidação das Leis Trabalhistas e da institucionalização do direito de organização sindical - fatores que, conjuntamento ao estabelecimento do salário mínimo, apontaram para uma maior instituiconalização do mercado de trabalho, extensão dos direitos trabalhistas e estabilidade do trabalho e, portanto, na melhoria das condições trabalhistas, ainda que restrita a determinadas faixas da classe trabalhadora. Por fim, pelo crescimento das atividades marginais, as quais apontam não apenas para a manutenção e reprodução de ocupações precárias na economia brasileira, mas também pela sistemática manutenção de parcelas relevantes da força de trabalho em condições de insegurança, instabilidade e vulnerabilidade social. Para além disso, se considerarmos que tal era a condição de instabilidade destes trabalhadores, que poderiam ser enquadrados na categoria de desocupados, a expansão das atividades marginais ainda reforçaria, já naquele momento, o caráter do desemprego estrutural na economia brasileira.

Referências bibliográficas

BARBOSA, A. F. (2008). *A formação do mercado de trabalho no Brasil.* São Paulo: Alameda.

DEDECCA. C. S. (1990). *Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo.*Tese de doutorado. Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

DUARTE, P. H. E. (2015). *Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil.* Tese de doutorado. Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

GRAHAM, D. H.; HOLLANDA FILHO, S. B. (1984). *Migrações internas no Brasil: 1872-1970.* São Paulo – SP: Instituto de Pesquisas Econômicas da USP / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Série relatos de pesquisa, número 16.

IANNI, O. (1965). *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil.* Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1908-1961). Anuário estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ISSN: 2318-9517

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1940/1950/1960). Censo demográfico – recenseamento geral do Brasil Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1990). Estatísticas históricas do Brasil – Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2° edição revista e atualizada. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

NUN, J.(1978). Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações marginais.* São Paulo: Livraria Duas Cidades. Coleção História e Sociedade. Universidade de São Paulo.

QUIJANO, A.(1971). *Polo marginal de la economia y mano de obra marginada.* Taller Urbano Industrial. Programa de Ciencias Sociales - Universidad Católica. Lima: Dezembro de 1971.

SINGER, P. (1971). *Força de trabalho e emprego no Brasil (1920 - 1969).* São Paulo: Cadernos CEBRAP, número 3. Centro Brasileiro de Estudos e Planejamento.

ISSN: 2318-9517

Profissão, militância e outras relações sociais na trajetória de uma engenheira

Sérgio Martins Pereira[1]
Universidade Federal do Sul da Bahia

sempereira@oi.com.br
sempereira@zipmail.com.br

Este trabalho tem como objeto a trajetória de uma engenheira e militante sindical que se destacou por sua liderança junto ao Sindicato dos Metalúrgicos no Estado do Maranhão (SENGE-MA) na década inicial dos anos 2000. A partir de marcos empírico-espaciais menos recorrentes nos estudos do trabalho – profissionais de nível superior em um estado do nordeste do país – esta pesquisa apreende as experiências laboral e sindical em situações de convivência entre atores, instituições e práticas dos mais aos menos "tradicionalmente" observados no caso brasileiro das últimas décadas.

Como um ponto de partida a compreensão desta trajetória pessoal, propomos estabelecer uma relação diferentes esferas da vida da personagem estudada, em alguma medida inspirados na análise de THOMPSON (1987) sobre a classe operária inglesa. Neste sentido, damos destaque não apenas à dinâmica da história econômica (transformação tecnológica, etc.), mas também a alguns aspectos imanentes da história política e cultural do Maranhão dos anos 2000. Ou, parafraseando o autor, trata-se de uma trajetória que tanto *formou a si própria* quanto *foi formada* pelo contexto em que se desenvolve.

Maria Odinéa Ribeiro foi a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão (SENGE-MA). Para além deste ineditismo, seus dois mandatos no cargo (2006-2008 e 2009-2011) consolidaram um projeto coletivo de reformulação da entidade reivindicado e reproduzido no discurso do grupo de militantes que se articula no sindicato desde meados dos anos 1990.

[1] Doutor em Sociologia (PPGSA/IFCS/UFRJ), pesquisador ligado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc/UFMA), atualmente é professor associado da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Prima, irmã, esposa e mãe de engenheiros, poderíamos atribuir seu ingresso na profissão e na militância sindical aos seus laços familiares. Ainda que irmão e marido tivessem atuação anterior no SENGE-MA, suas trajetórias tornam-se pouco significativas quando comparada à carreira sindical e à projeção atingida pela militante engenheira. Formação e atuação técnica, relações de gênero e parentesco, laços pessoais e políticos são elementos reunidos na análise proposta.

Associando fontes documentais e narrativas pessoais, defendemos um método de trabalho que coloca em relação trajetórias pessoais e contexto sócio-político-econômico. No plano teórico, buscamos dar sequência a uma série de estudos que nos últimos anos são dedicados a reflexões sobre o trabalho e o sindicalismo a partir de um viés específico: o debate sobre o engajamento individual em ações coletivas de modo a problematizar as formas de tratamento que os Estudos do Trabalho têm dado às trajetórias e biografias de trabalhadores e lideranças sindicais.

Os resultados apresentados são parte de uma pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2009-2011 e 2013-2017) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA) (2011-2012 e 2013-2015).

Engenheiros, trabalho e sindicato no Brasil

A trajetória recente da categoria profissional dos engenheiros no Brasil, em certa medida, apresenta a influência da transformação experimentada pelos mundos do trabalho e do sindicalismo nas últimas décadas, sintetizando algumas de suas características. Estudos como o de Grün (1992) apontam que, entre os anos 1970 e 80, largas parcelas de profissionais liberais passariam à condição de assalariamento. Os engenheiros e seus sindicatos, em especial, teriam sofrido um processo de "proletarização". A partir dos anos 1990, entretanto, o desemprego e a difusão de formas "autônomas" de contratação, como a contratos por projeto e entre "pessoas jurídicas", recolocariam na agenda de discussão dos engenheiros e de suas entidades de classe a questão autonomia do exercício de seu saber profissional.

Durante a realização da pesquisa, essa "divisão interna" se destacou como elemento imprescindível para a observação da atuação do SENGE-MA e dos sindicatos filiados à

ISSN: 2318-9517

Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). O engajamento militante de Odinéa foi compreendido em sua relação com experiências sindicais que se encontram diante de uma "dupla necessidade": de representar os interesses político-econômicos da categoria profissional e de atuar de forma autônoma na sociedade, o que incluiu a formação técnico-profissional e a preocupação com a elaboração de políticas de desenvolvimento regional e nacional.

As características peculiares destes profissionais, bem como seus possíveis impactos nas trajetórias profissional e militante dos mesmos, indicam outra parte dos referenciais empírico-teóricos a serem adotados. Foram incluídos assim no rol das referências deste trabalho os estudos dedicados a categorias profissionais baseadas em diploma universitário (GRÜN, 1992; KAWAMURA, 1981 e 1986), ou ainda as discussões relativas à chamada "classe média" (WRIGHT MILLS, 1976; SOUZA e LAMOUNIER, 2010) e sua representação político-sindical (SAES, 1985; BOITO JR, 2007).

Apesar de concordarmos com alguns pressupostos encontrados na bibliografia acerca da representação político-sindical entre o segmento sócio-profissional estudado, como a chamada "ideologia meritocrática" (SAES, 1985; BOITO JR, 2007), destacamos a necessidade de reflexão sobre a ocorrência desta e de outras características em experiências políticas e culturais estruturadas por outros princípios de estratificação social. No contexto do Maranhão, por exemplo, destacam-se elementos de ordem pessoal ou tradicional que por vezes concorrem ou se mostram opostos à impessoalidade do mérito atribuída ao segmento sócio-profissional dos engenheiros.

O sindicato e suas "fases"

Fundado nos anos 1980, no contexto dos movimentos pela redemocratização do país, o SENGE-MA desenvolveu uma trajetória ligada a segmentos militantes como o movimento estudantil e o campo político-partidário da chamada esquerda. Como parte daquele momento, ex-militantes estudantis, ao seguirem suas carreiras profissionais, vislumbraram nos partidos políticos e nos sindicatos que se reorganizavam uma possibilidade de dar sequência ao seu engajamento. No início dos anos 1990, entretanto, o sindicato experimentou sua extinção, como parte da própria estratégia de luta política

ISSN: 2318-9517

defendida pelos setores que lhe davam sustentação, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em meados da mesma década, o SENGE-MA seria reativado por um grupo de militantes que se colocava a necessidade de "reconstrução" da entidade "sobre novas bases".

Passados mais de trinta anos da criação da entidade e quase vinte anos de sua reativação, aquele que atualmente visita o SENGE-MA depara-se com um quadro fixado na parede da pequena sala onde funciona a entidade. Nele veem-se as fotos dos três primeiros presidentes da chamada "segunda fase": Antônio Augusto Ribeiro de Araújo (1996-1999), Nelson José Bello Cavalcanti (1999-2002) e Sebastião Djalma Gomes (2003-2005). Soma-se a estes, a Engenheira Civil Maria Odinéa Ribeiro, primeira e única mulher à frente de um sindicato com 80% de homens entre os associados. Suas duas gestões (2006-2008 e 2009-2011) representariam a consolidação de um projeto de "refundação" do SENGE-MA.

Engenheira civil, prima, irmã, esposa e mãe de engenheiros civis...

Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro nasceu em 1956 em Itapecuru-mirim, cidade localizada a 120 Km de São Luís, na região centro-oeste do estado do Maranhão. Nos anos 1960, ela migra com a família para São Luís "para dar continuidade aos estudos".

Em São Luís, estudou nos colégios Santa Teresa e Marista, duas das instituições privadas de prestígio da capital maranhense. A escolha pela engenharia, assim como para muitos outros jovens estudantes, teria relação não apenas com o prestígio social da carreira, mas com as possibilidades e "pressões" familiares. Irmão e primos também cursaram engenharia.

Em 1975, ela ingressou na Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), entidade criada nos anos 1970 que unificava os estabelecimentos públicos de ensino superior do estado do maranhão. Nos anos 1980, a FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Neste período de faculdade, conheceu o então estudante e depois engenheiro José Raimundo Frazão Ribeiro, com quem se casou em 1981. O casal tem três filhos, um dos quais também engenheiro civil.

Na carreira profissional, a partir dos anos 1980, atuou em empresas privadas de construção civil no maranhão, em especial na região metropolitana de São Luís. Na década seguinte, passou a exercer a profissão em empresa própria fundada junto como

José Raimundo. Como profissionais autônomos e pequenos empresários, os Ribeiro compõem uma realidade para os engenheiros: o exercício da profissão como autônomo ou pessoa jurídica. Esse grupo de profissionais (não-assalariados) constituem 42% dos associados do SENGE-MA.

Trajetória no SENGE-MA

No início dos anos 2000, ao final da gestão de Nelson José Bello Cavalcanti (1999-2002) no SENGE-MA, Odinéa se aproximou do sindicato, onde os engenheiros civis José Raimundo Ribeiro e Cinéas de Castro Santos Filho, respectivamente, marido e irmão, já atuavam na diretoria, ainda que em cargos de menor destaque. Este contato mais direto com a entidade fez com que ela estreitasse os laços com o então presidente Nelson e com o seu sucessor, Sebastião Djalma Gomes. Na primeira gestão deste (2003-2005), Odinéa já compôs a diretoria eleita como membro titular do conselho fiscal, também atuando na área de formação e promoção de cursos de qualificação.

É importante notar que embora marido e irmão antecedessem Odinéa no sindicato, podendo mesmo serem atribuídas a esses vínculos parte das possibilidades estruturais abertas a ela, após o seu ingresso, apenas seu irmão se manteve como suplente do conselho fiscal. Desde então, José Raimundo não mais compôs a diretoria da entidade, embora se mantenha filiado e participante eventual das atividades promovidas pelo sindicato.

Sobre seu ingresso no SENGE-MA, Odinéa destaca:

> Mas eu que pedi pra participar pro Nelson. Seria na outra diretoria que foi a do Sebastião [Djalma]. Mas eu disse que queria participar na área da capacitação profissional. Eu quero entrar no sindicato e quero trabalhar em cursos, quais são os cursos, organizar cursos, pra que nós profissionais, somos profissionais aqui do Maranhão tivéssemos capacitação e ele me deu a vaga de conselho fiscal.
> [...] mas ninguém me convidou. Eu que cheguei pro Nelson, eu vi a participação do Zé Raimundo e disse: Nelson quero participar na próxima diretoria. Mas dizendo o que eu queria fazer: eu quero contribuir organizando curso, organizando palestra pra que a gente se capacite como profissional. Se você perguntar pra ele, ele vai dizer isso, que eu me convidei.
> [...] porque foi o Nelson que montou... que trabalhou pra montar a chapa. E como eu via muito ele como o Zé Raimundo... e por isso ninguém me convidou. [2]

[2] Maria Odinéa M. S. Ribeiro. Entrevista concedida ao autor em dezembro de 2011.

Em janeiro de 2006, Odinéa encabeçou a chapa que uma vez eleita representaria a continuidade do grupo que ”refundou” o sindicato em 1996. Ao falar sobre sua escolha como representante do grupo, ela revela um pouco das relações construídas com as principais lideranças do sindicato.

> Isso foi um convite [...] o Nelson me convidou... o Antônio Augusto, o Sávio e o Jaguar[3] convidaram e o próprio Sebastião também. Mas quem me convenceu, quem insistiu, porque o Nelson e o Sebastião, quando eu disse que eu achava que não estava preparada, eles aceitaram. Mas só quem não aceitou isso foram Antônio Augusto, Jaguar e Sávio, que disseram não... [que eu] estava preparada sim... e comecei a aceitar... e disseram: “tu não vais ficar sozinha nós vamos te ajudar”. Eu fiquei confiante pra aceitar... depois dos três me dizerem isso. Então, o decisivo foi isso: o Jaguar, o Antônio Augusto e o Sávio que insistiram e não aceitaram a minha resposta negativa. Até o Sebastião comentou comigo: “eu só não serei candidato a reeleição... eu só tiro meu nome se você aceitar”. Também eu achei interessante da forma também como ele se colocou. [4]

Quanto aos nomes que compuseram a diretoria do sindicato em suas duas gestões (2006-2008 e 2009-2012), observamos o revezamento dos membros do grupo em cargos da direção. Seus familiares, marido e irmão, entretanto, não mais vigoraram, desde então, entre os diretores e demais representantes, seja nos seus mandatos ou no de seu sucessor Berilo Macedo da Silva (2013-2015).

À frente do SENGE-MA por dois mandatos, Maria Odinéa Ribeiro estreitou as relações da entidade com a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), entidade em que assumiu um cargo na diretoria executiva (diretora de relações institucionais), em 2010. À frente do SENGE-MA dedicou a estrutura do sindicato à discussão e elaboração de políticas públicas, tornando o SENGE-MA um dos principais mediadores do Fórum Metropolitano, articulação de políticas públicas entre os municípios da Grande São Luís[5]. Um misto entre antigas e novas relações[6], em fevereiro de 2011, Odinéa foi nomeada responsável pela Secretaria-Adjunta de Assuntos Metropolitanos, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil, então sob o comando do ex-prefeito de São José de

---

[3] Membros da diretoria executiva da gestão de Sebastião Djalma Gomes (2003-2005). Nelson J. B. Cavalcanti, diretor de finanças; Antônio Augusto R. de Araújo, diretor suplente; Domingos Sávio de Lima, diretor secretário e; Agenor A. T. Jaguar, vice-presidente.

[4] Maria Odinéa M. S. Ribeiro. Entrevista concedida ao autor em dezembro de 2011.

[5] Compõem a Região Metropolitana os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Alcântara, Bacabeira, Santa Rita e Rosário.

[6] José Raimundo F. Ribeiro, marido de Odinéa, exerceu atividades e cargos ligados aos cargos da administração pública ocupados por Luís Fernando Silva, entre os quais secretário de obras da prefeitura de São José de Ribamar, secretário adjunto de infraestrutura do estado do Maranhão. José Raimundo também assumiu a titularidade desta última secretaria após a saída de Luís Fernando em 2014, já no processo de sucessão da governadora Roseana Sarney.

ISSN: 2318-9517

Ribamar, Luís Fernando Moura da Silva, um dos criadores do Fórum Metropolitano e também considerado sua principal liderança política.

Considerações finais

A trajetória militante aqui descrita tem como pano de fundo um tipo específico de experiência laboral e sindical, aquele voltado para os profissionais de nível superior, comumente vinculado à chamada classe média. A pesquisa tem demonstrado as possibilidades de contribuição do estudo deste tipo de experiência para a ampliação as fronteiras dos estudos do trabalho e do sindicalismo. No âmbito temático, abordamos um segmento relativamente pouco contemplado pela bibliografia. No plano metodológico, lançamos mão de uma combinação de pressupostos de análise ligados a diferentes campos de estudo (essencialmente, Sociologia do Trabalho, História Social e História Oral). No plano espacial, contemplamos uma região e um estado cujos trabalhos sobre o tema do trabalho e do sindicalismo ainda são bastante escassos.

Para além das especificidades do caso estudado, buscamos ampliar as fronteiras dos estudos do trabalho propondo alguns elementos para a análise das transformações experimentadas pelo caso brasileiro nos últimos anos.

Como conclusão desta breve exposição de resultados de uma pesquisa ainda em andamento, apenas levantamos algumas das questões que têm sido desenvolvidas pela pesquisa, com destaque para elementos que se combinam na trajetória da primeira mulher a presidir o SENGE-MA: formação e atuação técnica, relações de gênero e parentesco, laços pessoais e políticos.

O trânsito de Odinéa entre a profissão, o sindicalismo e os diferentes planos de elaboração e gestão de políticas públicas representa uma concepção sindical, mas também uma combinação específica de possibilidades estruturais que se apresentam àqueles que, não somente seguem carreira profissional da engenharia, mas que o fazem a partir de dois elementos marcantes na trajetória pessoal estudada: a condição de gênero e o engajamento na militância político-profissional.

Referências Bibliográficas

BOITO JR., Armando.
2007. *Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos*. São Paulo: UNESP.

BORGES, Arleth Santos.
2008. *PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais*. São Luís: UFMA.

DIAS, José Luciano de Mattos.
1994. "Os engenheiros do Brasil". In: Ângela de Castro Gomes. (Org.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editoria da Fundação Getúlio Vargas p. 13-81.

GRÜN, Roberto.
1992. *A revolução dos gerentes brasileiros.* São Carlos: UFSCar.
1990. *A revolução dos gerentes brasileiros*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP.

KAWAMURA, Lili.
1981. *Engenheiro: trabalho e ideologia.* São Paulo: Ática.
1986. *Tecnologia e Política na Sociedade*. São Paulo: Brasiliense.

SAES, Décio.
1985. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A.. Queiroz.

SOUZA, Amaury de e **LAMOUNIER**, Bolívar.
2010. *A Classe Média Brasileira*, Ed. Campus.

STAVENHAGEN, Rodolfo.
1981. "Estratificação Social e Estrutura de Classes". Em: VELHO, O. G., PALMEIRA, M. G.S., BERTELLI, A. R. (org.) *Estrutura de classes e Estratificação Social*. 9 edição. RJ: Zahar Editores (p. 117-148).

THOMPSON, E.P.
1987. A formação da classe operária inglesa, vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WRIGHT MILLS, C.
1976. *A nova classe média*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Outras Referências

Maria Odinéa M. S. Ribeiro. Entrevista concedida ao autor em dezembro de 2011.

RIBEIRO, Maria Odinéa M. Santos. "Ética e participação coletiva". In: *Engenheiro: órgão informativo da FNE*. Seção 1 – Opinião. Edição 62 – Julho de 2007.

"Um dia de cão". Documentário sobre a greve da meia passagem (São Luís, setembro de 1979). 30 min s/d.

Anais do XV Encontro Nacional da ABET

Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea
Rio de Janeiro - 06 a 09 de Setembro de 2017
ISSN: 2318-9517

Direito e conflito: a recepção das greves pelo poder judiciário entre 1917 e 1920.

Thiago Patrício Gondim[1]

1. Introdução

Com objetivo de apreender as dimensões dos conflitos coletivos de trabalho durante a Primeira República, o presente estudo pretende analisar como as greves referentes à conjuntura de 1917 a 1920 foram recepcionadas pelo poder judiciário. Por conta das especificidades da forma jurídica vigente nesse período, os processos referentes às ações de habeas-corpus ajuizadas por trabalhadores estrangeiros ao Supremo Tribunal Federal (STF), em decorrência do uso do instituto da expulsão pelo poder executivo como forma de punir sua participação em ações coletivas associadas a tais greves, tornam-se fontes históricas relevantes que permitem a observação das características e dos desdobramentos desses conflitos.

A metodologia aplicada para a seleção das referidas fontes históricas adotou como ponto de partida o acesso a base de dados disponível no acervo judiciário do sítio eletrônico do Arquivo Nacional. Por intermédio do uso dos filtros de pesquisa "tipo de processo" (habeas-corpus), "período" (entre 1917 e 1920) e "assunto" (perturbação da ordem, apenas greve, apenas anarquismo, greve e anarquismo) e, posteriormente, da verificação da existência de fichas de pesquisa associadas ao mesmo processo e da compatibilidade do conteúdo deste com as palavras-chave do filtro "assunto", um total de vinte e quatro processos foram selecionados e digitalizados, representando a amostragem que será utilizada como objeto de análise.

---

[1] Mestrando na linha de pesquisa em Democracia, Instituições e Desenhos Institucionais do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD/UFRJ e integrante do grupo de pesquisa Configurações Institucionais e Relações de Trabalho – CIRT. Bacharel em História (UFF) e Direito (UFRJ). Email: tpgondim@gmail.com

ISSN: 2318-9517

A partir de um exame prévio de caráter exploratório, observa-se que os processos judiciais selecionados, em geral, apresentam narrativas concorrentes em torno dos conflitos coletivos do trabalho que revelam as disputas pelos usos e sentidos do direito, desenredando as práticas discursivas de um conjunto de agentes (advogados, juízes, delegados, promotores, órgãos de imprensa, etc) que, por meio da construção de representações em relação aos pacientes dos habeas corpus e suas ações, pretendem obter o efeito de universalização contido na técnica jurídica e nos meios de coerção cuja mobilização esta permite.

No entanto, diante do atual momento de desenvolvimento da pesquisa, o foco da comunicação se concentra, primeiramente, em uma breve síntese de apresentação dos estudos em história social e história do direito que se referem ao mundo do trabalho durante a Primeira República (1889-1930) para situar a construção do diálogo que permite a definição do objeto de estudo. Em seguida, expõe as balizas teóricas que conformam a problematização desse objeto, assim como contribuem para delimitar as suas insuficiências e contribuições.

2. Balanço bibliográfico

Por intermédio de diferentes abordagens, a historiografia sobre o movimento operário na Primeira República (1889-1930) traça um quadro amplo das determinações estruturais que conformam os limites da trajetória deste movimento não apenas em relação à sua composição como também em termos de organização e de identidade de classe. Dentre essas determinações, Chalhoub (1986, p. 27-30), por exemplo, destaca a transformação do homem livre em trabalhador assalariado, a construção de uma nova ética do trabalho e a vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias como movimentos complementares que constituem a imposição da ordem capitalista com a subsunção do trabalho em relação ao capital neste período. Por sua vez, Fausto (2000, p. 13-22) ressalta a centralidade do processo de urbanização impulsionado pela economia agroexportadora do café por meio de uma série de fatores que permitiram o crescimento em ritmo acelerado das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro com o incremento das atividades comerciais e industriais e, conseqüentemente, a formação de um contingente relativamente grande de trabalhadores urbanos.

ISSN: 2318-9517

Quanto às características gerais do movimento operário, Mattos (2009, p. 36) salienta o peso relativamente pequeno do operariado industrial típico no conjunto da força de trabalho durante a Primeira República, relacionando esta situação com o restrito espaço ocupado pela indústria na economia brasileira do período. Batalha (2000, p. 8-14) apresenta um conjunto de elementos de divisão e diferenciação referentes à classe operária, entre os quais se destacam o ramo de atividade, o grau de qualificação, o padrão salarial, a origem dos trabalhadores, as dinâmicas regionais, as formas de organização e as correntes ideológicas, tendo alguns uma influência direta nas condições de vida e de trabalho do operariado. Ressalte-se, ainda, de acordo com Batalha (1992, p. 114-8), um discurso predominante dos militantes operários, independentemente de suas opções político-ideológicas, que revela um ressentimento indignado contra a passividade das massas de trabalhadores desorganizadas a partir da incorporação de um paradigma europeu idealizado por parte destes militantes.

Não obstante, a Primeira República pode ser compreendida como um período *sui generis* na história social do trabalho em virtude da grande mobilização coletiva dos trabalhadores urbanos (Batalha, 2000, p. 14). Embora com uma trajetória oscilante, caracterizada por momentos de baixa e de alta intensidade, desde o início deste período, a atuação do movimento operário reflete uma experiência complexa que ultrapassa o caráter sindical ao abranger a realização de atividades políticas, mutualistas, culturais, reivindicativas, de organização e de articulação, capazes de se situar fora dos desenhos institucionais previstos para a vida associativa do operariado (Vianna, 1976, p. 37). Neste contexto, alguns estudos apontam a conjuntura 1917-1920 como o momento de inflexão da trajetória do movimento operário no país em virtude do desencadeamento de ações coletivas que culminaram em um ciclo de greves de grandes dimensões, inclusive com a ocorrência de greves gerais, reconfigurando assim o conjunto de estratégias e práticas das partes envolvidas (agentes estatais, empresariais e sindicais).

De acordo com Fausto (2000, p. 159), a conjuntura 1917-1920 propiciou a consolidação da emergência de um movimento social de base operária nos centros urbanos do país cujos efeitos podem ser observados não apenas no plano das ações coletivas e da organização do próprio movimento como também nas relações entre as classes e grupos sociais e na preocupação do Estado diante deste fenômeno. Em virtude das dimensões atingidas pelas greves realizadas nesta conjuntura, o conflito entre as

esferas do capital e do trabalho ganhou visibilidade e a questão social tornou-se objeto de debate tanto na sociedade civil quanto no Estado. Por sua vez, esse último teria adotado como regra um comportamento institucional caracterizado pelo reforço do padrão repressivo acompanhado de uma ofensiva ideológica contra as correntes revolucionárias do movimento operário, sobretudo o anarquismo.

Em conformidade com as especificidades da conjuntura 1917-1920, Gomes (2014, p. 148-150) acrescenta os seguintes elementos de análise: (i) a promoção por conta da onda grevista de certa alteração na relação entre o patronato e os trabalhadores da indústria e do comércio na medida em que forçou o aumento do contato direito entre eles para a discussão das reivindicações apresentadas e a busca de possibilidades de solução para o conflito; e (ii) a intensificação também da capacidade de articulação e organização do patronato. No entanto, ao observar que a questão social passa a ser tratada como política pública a partir desta conjuntura, em virtude da discussão formal no plano legislativo de todas as medidas que envolviam até então a regulamentação do trabalho, assim como o estabelecimento dos primeiros órgãos governamentais destinados exclusivamente a tratar deste assunto, apresenta outra vertente de atuação do Estado associada ao início de uma progressiva tendência favorável a implementação da legislação social (Gomes, 2014, p. 185-6).

Embora em sua periodização sobre a história do movimento operário e sindical não se tenha apreendido como singular a conjuntura 1917-1920, Werneck Vianna (1976, p. 38) compreende a homologação do Tratado de Versalhes em 1919 pelo parlamento brasileiro como um evento que desencadeou o surgimento de uma nova fase caracterizada pelo compromisso do governo em regular as condições de trabalho no país. De acordo com essa perspectiva, o conflito aberto entre as atividades de resistência do movimento operário e sindical e o marco institucional de caráter não intervencionista decorrente de uma fase anterior (1891-1919) que, embora concebesse esse movimento como legal, inscrevia-o contraditoriamente em um sistema que rejeitava como ilegítimas as manifestações essenciais de sua existência, passou a ser objeto de atuação do Estado com o início de sua intervenção no mercado de trabalho por intermédio da legislação produzida a partir de 1923 e com a emenda constitucional de 1926, que põe termo ao estatuto liberal de "liberdade profissional" de 1891.

ISSN: 2318-9517

Nos últimos anos, em virtude de um movimento de abertura de suas fronteiras para o diálogo interdisciplinar com outras ciências humanas, o Direito produziu alguns estudos relacionados ao período da Primeira República que possuem em comum um enfoque que concebe o direito como um fenômeno social não apenas inscrito no processo histórico, como também carregado de conteúdo histórico.

Neste sentido, destaca-se o trabalho de Fragoso (2009) que realiza uma análise do percurso histórico da greve a partir de uma concepção de direito que ressalta o seu víeis repressivo e o associa a um instrumento do poder punitivo para o controle social da massa de trabalhadores. Em relação à Primeira República, as políticas públicas de neutralização dos segmentos mais pobres da população e as estratégias de criminalização primária e secundária, inclusive com a repressão penal das expressões dos conflitos coletivos de trabalho, constituiriam traços principais da organização do sistema capitalista por conta da formação de uma mão-de-obra abundante, barata, dócil e que se adequasse, de modo ordeiro e disciplinado, às condições de trabalho cada vez mais degradantes (Fragoso, 2009, p. 266-7).

Por intermédio de uma orientação inicial semelhante, Correa (2016) delimitou como objeto de pesquisa os processos-crime sobre repressão à vadiagem na cidade do Rio de Janeiro entre 1917 e 1919 com o objetivo de observar o funcionamento dos mecanismos de controle social impostos pelo Estado brasileiro na Primeira República. Após a análise da amostragem selecionada concluiu que o papel do poder judiciário não se limitava a somente legitimar o controle social exercido pela polícia, mas também estabelecia e fazia cumprir critérios básicos de validade das prisões por vadiagem cujos efeitos desdobravam-se em outros obstáculos que dificultavam a defesa jurídica dos criminalizados (Correa, 2016, p. 132-3).

Ao deslocar a perspectiva para apreender o direito como um espaço social em que ocorrem disputas de sentido em torno de suas normas, Guerra (2012) observou a partir do tema da expulsão de estrangeiros tanto os usos conservadores dos instrumentos jurídicos, quanto os usos emancipatórios que permitiriam a garantia de direitos e contribuiriam para a transformação social, definindo como objetivo geral a análise da construção do constitucionalismo na Primeira República. Essa obra ressalta o caráter aberto do texto da Constituição de 1891 que teria permitido o surgimento de interpretações divergentes em torno de determinados direitos fundamentais abstratos como “igualdade”, “liberdade de

ISSN: 2318-9517

reunião" e "liberdade de trabalho" e se tornado um objeto de disputa tanto no âmbito das práticas jurídicas quanto das práticas sociais (Guerra, 2012, p. 206-217).

A construção de um diálogo com as referências bibliográficas acima apresentadas fornece ao presente estudo subsídios para delimitar o objeto de pesquisa a partir de uma perspectiva que compreende a centralidade das greves referentes à conjuntura de 1917 a 1920 para a observação das concepções compartilhadas pelo sistema jurídico brasileiro sobre as relações coletivas de trabalho, as características dos conflitos provenientes destas relações, as ações coletivas mobilizadas pelos trabalhadores e os mecanismos institucionais e extra-institucionais utilizados para o equacionamento dos conflitos dentro de um período que demarca as origens do direito do trabalho no Brasil.

3. Referenciais teóricos

Dentre as balizas teóricas que conformam a linha de orientação para a problematização do objeto, a primeira a ser ressaltada refere-se à opção de conceber o direito como uma esfera da realidade social condicionada por aspectos culturais, políticos, econômicos, ideológicos, etc, referentes a um determinado contexto espaço-temporal e que possui uma trajetória não-linear de desenvolvimento denominada processo histórico cuja análise permite a observação das permanências e mudanças em relação aos elementos que a constituem, estruturam e caracterizam (Fonseca, 2009, p. 12-3).

Em relação às especificidades do direito, compartilha-se da compreensão de que uma de suas principais funções é regulamentar as relações sociais por intermédio da aplicação teórica e prática do saber jurídico (Fonseca, 2009, p. 11). Esse entendimento traz para o seu bojo as seguintes questões centrais: o reconhecimento do conflito como elemento constitutivo da dinâmica das relações sociais e, consequentemente, a existência de formas jurídicas de absorção e apreensão do conflito por meio da produção e aplicação de mecanismos (normas, garantias, procedimentos, etc) para equacioná-lo.

Por conta do fato do mundo do trabalho ser o recorte da realidade social objeto da pesquisa, esta se apropria do conceito de relações coletivas de trabalho que, em sua definição, abrange um conjunto de relações sociais, reguladas ou não por lei, envolvendo a liberdade sindical, as relações oficiais e informais com o Estado, a contratação coletiva formal e informal, o exercício da greve e dos conflitos coletivos de trabalho e todos os

ISSN: 2318-9517

mecanismos de equacionamento destes conflitos (Silva, 2008, p. 30-1). Esse conceito destaca a relação entre coletividades de fato ou sujeitos de direito inscritos no mundo do trabalho, considerando a participação do indivíduo somente enquanto membro de uma coletividade (Mazzini, 1972, p. 110). Deste modo, o caráter operacional de tal conceito absorve a complexidade da relação entre o mundo do trabalho e o fenômeno jurídico ao reconhecer, por exemplo, a produção de normas a partir dos conflitos coletivos de trabalho sem a existência de um sistema jurídico formal com vias de canalização destes conflitos para dentro das instituições do Estado, conforme a realidade vigente durante a Primeira República.

Enquanto um instrumento coativo próprio e singular destinado a garantir o cumprimento da normatividade em sua dupla dimensão heterônoma e autônoma (Ghione, 2017, p. 138-9), a greve torna-se um objeto de estudo adequado para a compreensão da dinâmica das relações coletivas de trabalho e dos mecanismos utilizados pelo direito para equacionar os conflitos oriundos destas relações em determinado contexto histórico. Ao ser definida como uma forma de exteriorização ou manifestação do conflito dotada de poder equilibrador ou compensatório por conta do exercício da autotutela (Uriarte, 2000, p. 10-2), a greve revela a tensão de equilíbrios historicamente mutáveis entre a realidade social que a circunscreve e sua normatividade jurídica, sobretudo porque, geralmente, no momento de sua transição de fato social para o ingresso no mundo do direito ela perde sua potencialidade conflitiva em virtude, por exemplo, da utilização de técnicas jurídicas de definição que restringem a diversidade de condutas que pode expressar (Ghione, 2017, p. 127-8).

Dentro de uma chave de análise que associa a luta por direitos a um processo de constante democratização tanto do marco institucional quanto da esfera não-institucional, a greve pode ser compreendia como um meio que pressiona o sistema político a ampliar o alcance do pluralismo até o terreno social. Neste contexto, a greve é convertida em um instrumento de participação dos trabalhadores que obriga os governos e os poderes econômicos a reparar, consultar e até negociar os termos de suas decisões (Ghione, 2017).

De acordo com Pisarello (2007), embora do ponto de vista formal os direitos sociais tenham somente adquirido uma presença generalizada no constitucionalismo do segundo pós-guerra do século XX, é possível verificar situações de cooriginalidade em que a expansão dos direitos sociais foi reivindicada de forma simultânea à extensão dos

direitos civis e políticos e à restrição, ao contrário, dos direitos patrimoniais e das liberdades contratuais. Como exemplo, cita a situação das classes trabalhadoras na Europa após a restauração liberal conservadora em meados do século XIX e observa que o desenvolvimento do capitalismo gerou as condições objetivas para a sua organização em torno de estratégias como a criação de formas associativas que permitiram aos trabalhadores estreitar os laços de solidariedade e garantir os recursos básicos de subsistência, e a realização de medidas de pressão institucional com o objetivo de obter respostas para a "questão social". Essas estratégias adotadas pelos trabalhadores teriam ocasionado um intenso ciclo de conflitos entre o último terço do século XIX e a primeira metade do século XX que resultou em um processo de "socialização" das disciplinas jurídicas em diversos países europeus.

Diante disso, a presente pesquisa considera que a análise das ações, estratégias e desdobramentos que fazem parte das greves referentes à conjuntura de 1917 a 1920 permite compreende-las como vias extra-institucionais de reivindicação e de garantia de direitos sociais que, para serem asseguradas, tiveram que incluir a defesa da extensão dos direitos civis e políticos aos trabalhadores e suas organizações.

Referências bibliográficas

BATALHA, Cláudio H. M. Identidade de classe operária no Brasil (1880-1920): identidade ou atipicidade? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 23/24, set.91 – ago. 92.

BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais de eficácia do discurso ritual. In: *A economia das trocas lingüísticas*: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ISSN: 2318-9517

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORREA, Gustavo Zatelli. Judiciário, juristas e controle social: os processos-crime de vadiagem no Rio de Janeiro da Primeira República (1918-1919). Dissertação de mestrado. Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. *Iniciação à pesquisa no direito*: pelos caminhos do conhecimento e da invenção. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FRAGOSO, Christiano. *Repressão penal da greve*: uma experiência antidemocrática. São Paulo: IBCCRIM.

GHIONE, Hugo Barreto. Indagaciones sobre la huelga: cuestiones de método, definición y derecho. Revista de Derecho Social Latinoamérica, n. 2, Editorial Bomarzo, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho*: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GUERRA, Maria Pia dos Santos Lima. *Anarquistas, Trabalhadores, Estrangeiros*: a construção do constitucionalismo brasileiro na Primeira República. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

KOERNER, Andrei. O poder judiciário no sistema político da Primeira República. *Revista USP*, n. 21, Dossiê Judiciário, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZONI, Giuliano. *Relações coletivas de trabalho*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

PISARELLO, Gerardo. *Los derechos sociales y sus garantías*: elementos para uma reconstrucción. Madrid: Trotta, 2007.

RODRIGUES, Leda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal: Vol. 3 – Doutrina Brasileira do Habeas-Corpus (1910-1926)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

SABADELL, Ana Lúcia. Reflexões sobre a metodologia na história do direito. In: *Cadernos de Direito*, Piracicaba, vol. 2, n. 4, 2003.

ISSN: 2318-9517

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. *Relações coletivas de trabalho: configurações institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: LTr, 2008.

URIARTE, Oscar Ermida. *A flexibilização da greve*. São Paulo: LTr, 2000.

VALVERDE, Antonio Martin. Regulación de la huelga, libertad de huelga y derecho de huelga. In: *Sindicatos y relaciones colectivas de trabajo*. Murcia: Colegio de Abogados de Murcia, 1978.

ISSN: 2318-9517

SAUDOSOS DO QUE NÃO VIVERAM
A Estiva e seu Sindicato no Porto Pré-capitalista do Rio de Janeiro[1]

Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense
Superintendência do Patrimônio da União – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
thiago_mantuano@id.uff.br

RESUMO:
O presente trabalho visa abordar as questões prioritárias sobre o trabalho portuário anterior ao desenrolar do processo, mais contundente, de dominação capitalista sobre o processo produtivo portuário e os seus trabalhadores. Por isso, elegemos a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX como recorte para análise do nosso caso: o Rio de Janeiro e sua estiva, entretanto exploraremos vasta bibliografia a respeito do tema nos portos atlânticos. Este trabalho tem o caráter de estudo, muito mais do que de pesquisa, pois em sua maior parte se dedica a intervir no tema frente ao que a historiografia nos propõe. Para isso, utilizaremos fontes pontuais diversas, mas, decisivamente, trabalharemos com dois livros que tem a "estatura" de documentos para nós: *O Estivador no Sindicalismo*, de João Batista de Oliveira, o estivador e sindicalista *Pereira Lira*; e *Os Estivadores do Rio de Janeiro*, de Luiz Gustavo Nascimento de Almeida, o estivador e sindicalista *Tiziu*.

Palavras-Chave: Trabalho; Porto; Estivadores; Sindicato.

Decidimos por dividir essa breve comunicação entre o trato com a historiografia e algumas fontes que dialogam com a mesma, resumindo os aspectos históricos e constitutivos da estiva carioca e sua organização, além de adentrarmos nas polêmicas geradas pela

[1] Artigo como parte da avaliação para o curso "Trabalho E Conflitos Sociais Em Portugal E Na Europa: Uma Visão Global", ministrado pela professora Raquel Varela, a quem agradecemos pelas valiosas indicações.

ISSN: 2318-9517

historiografia; assim deixamos numa seção à parte as duas fontes que a historiografia renegou até o momento, os livros de memória histórica dos estivadores João Batista e Luiz Gustavo.

1. *A Historiografia*

O ponto de partida do nosso estudo para esse trabalho foram as teses de Maria Cecília Vellasco e Cruz, em Ciência Política na USP, e de Érika Bastos Arantes, em História na UFF. Os dois trabalhos perfazem percursos parecidos e tem conclusões semelhantes, mas com desdobramentos em áreas muito diferentes.

As duas autoras estudam o surgimento e o primeiro desenvolvimento da União dos Operários Estivadores (UOE), fundada em setembro de 1903, após uma grande e surpreendente greve dos operários de carga e descarga dos navios no porto do Rio de Janeiro. Entretanto, as duas atentam para o fato de lutas passadas ainda no século XIX que moldaram o *fazer-se da classe*: Arantes relata a exigência dos negros de ganho pelo aumento da remuneração do serviço de descarga da carne seca e o conflito desses com trabalhadores imigrantes, ainda em 1872 (ARANTES: 2010, p. 81); Velasco e Cruz enfoca na primeira tentativa de organização dos estivadores no Rio de Janeiro, em 1895, quando um coronel de infantaria abre uma sociedade denominada União dos Trabalhadores de Estiva e tenta, de fora do trabalho e de forma salvacionista, dar um instrumento aos trabalhadores no qual ele seria o seu maior galvanizador. A sociedade do coronel Pessoa Leal não durou mais de um ano, mas foi o suficiente para gerar uma grande greve dos estivadores[2] que abalou a capital por seis dias e conquistou um substantivo aumento nas diárias. (VELASCO E CRUZ: 1998, p. 252).

A União dos Operários Estivadores também foi gestada em meio a uma greve. Em 1903, o Rio de Janeiro foi sacudido por uma paralisação de 26 dias em que mais de uma dezena de categorias fabris, do comércio e dos serviços cruzaram os braços pelas oito horas de trabalho e outras pautas importantes, como as salariais e das condições de trabalho. Os Estivadores entraram na greve duas semanas após o seu início, reuniram-se na maior "parede" do porto, o Cais dos Mineiros, e decidiram formar uma Comissão (baseada nada sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos) para elaborar um documento. O que se viu foi surpreendente: a capilaridade dos homens de estiva, realmente, fez sumir todos os trabalhadores do "ponto", a carga e descarga nos navios foi realmente cessada durante mais de uma semana

[2] Já a segunda, em 4 anos.

ISSN: 2318-9517

de greve, sem grandes atritos entre os trabalhadores. Segundo Arantes: “Os trabalhadores faziam vigília permanente no cais e nas proximidades para evitar o embarque de estivadores fura-greves. As casas empreiteiras resolveram, então, recrutar pessoal de fora da cidade ou em outros pontos fora das vistas dos grevistas.” (ARANTES: 2010, p. 54), toda essa repercussão foi fartamente relatada pelos jornais da época.

O documento, que é uma verdadeira certidão de nascimento da UOE, produzido pela comissão de trabalhadores grevistas e publicado no Jornal do Brasil e no Correio da Manhã (órgãos de impressa de grande circulação) é muito claro:

> Na sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos estão os operários estivadores reunidos publicamente em greve, até que lhes sejam atendidas as reclamações seguintes: 1- O patrão se incumbirá do embarque e desembarque dos operários, o qual se efetuará por meio do reboque; 2- Só se dobrará no ser viço até 6 horas da tarde, pagando-se por este tempo mais meio dia de serviço; 3- A noite de trabalho começará às 7 horas e terminará às 4 horas da manhã, incluindo uma hora descanso; 4- Os domingos e feriados da República serão pagos pelo preço da noite; 5- Os salários serão os mesmos em vigor:8$000 de dia e 12$000 de noite; 6- Neste sede se acha uma comissão permanente de estivadores para se entender sobre o assunto com quem a procurar. A Comissão. (JORNAL DO BRASIL: 26/08/1903, p. 3)

IMAGEM 1: Nota da Comissão dos Estivadores em Greve no Jornal do Brasil

Eis na integra a proposta :
« Na séde da Federação dos Operarios e Operarias em Fabricas de Tecidos estão os operarios estivadores reunidos publicamente em grève, até que lhes sejam attendidas as reclamações seguintes :

1.° O patrão se incumbirá do embarque e desembarque dos operarios, o qual se effectuará por meio do reboque.

2.° Só se dobrará no serviço até 6 horas da tarde, pagando-se por este tempo mais meio dia de serviço.

3.° A noite de trabalho começará ás 7 horas e terminará ás 4 horas da manhã, incluindo uma hora de descanso.

4.° Os domingos e feriados da Republica serão pagos pelo preço da noite.

5.° Os salarios serão os mesmos em vigor : 8$000 de dia e 12$000 de noite.

6.° Nesta séde se acha uma commissão permanente de estivadores para se entender sobre o assumpto com quem a procurar.— *A Commissão.*»

FONTE: JORNAL DO BRASIL (periódico). 26 de agosto de 1906, p. 3.

Após dura negociação com os patrões e uma proposta de acordo por parte dos trabalhadores, a mobilização esfriou e o serviço voltou lentamente a ser feito. Os estivadores conseguiram parte do que intentaram; mesmo assim, alguns dos armadores, representados pelos empreiteiros de estiva na negociação, ainda se recusavam a cumprir os horários de trabalho estipulados no acordo. O que se viu foi o esvaziamento dos pontos de engajamento nos horários fora do acordo e uma queda de braço cotidiana pelo estabelecimento das regras do trabalho.

João do Rio capturou em sua crônica a indignação dos trabalhadores da estiva:

> O capital está nas mãos de grupo restrito e há gente demais absolutamente sem trabalho. [...] A greve, o senhor acha que não fizemos bem na greve? Eram nove horas de trabalho. De toda a parte do mundo os embarcadiços diziam que trabalho da estiva era só de sete! (DO RIO: 1908, p. 67)

A surpreendente mobilização de mais de 1200 trabalhadores, extremamente pobres e dependentes da renda conseguida diariamente, surpreendeu os patrões, que tiveram o primeiro impulso de sequer reconhecer a organização dos estivadores. As empreiteiras de estiva e os armadores acostumaram-se, durante longo tempo, a negociar individualmente na “parede” com os operários, o que aconteceu em 1903 era incomum:

> Os estivadores comportaram-se o tempo todo como um batalhão disciplinado, deliberaram, formaram comissões, e depois de oito dias de greve, em confronto aberto com os patrões, foram capazes de mudar inteiramente de tática, resolvendo trabalhar, mas se apresentando na “parede” apenas nas horas em que eles próprios haviam determinado. Com essa forma de luta velada e calcada em um desafio permanente às regras patronais conquistaram, então, passo a passo a redução da jornada de trabalho, ao tempo em que iniciaram também a construção do sindicato. (VELASCO E CRUZ: 1998, p. 245)

O que se desenrolou a partir daí foi um rico processo de construção institucional, democrático e efetivo na defesa dos trabalhadores, com um grande objetivo: a gestão coletiva da força de trabalho pelo sindicado, o *closed shop*. Em todos os seus Estatutos até de 1930, a União dos Operários Estivadores se compromete com seus associados pela luta da legitimidade institucional, o que incluía a preferência dos seus nos postos de trabalho.[3] Para isso diversos mecanismos foram criados: cartões para estabelecer um rodízio igualitário, regimentos interno e de trabalho, fiscalização do sindicato tanto com relação a conduta dos seus associados, quanto com relação a execução dos acordos com os empregadores.

A defesa dos interesses dos estivadores e a assistência aos associados foi diversas vezes reiterada em vários documentos, são indícios dela a criação da Caixa da associação para

[3] DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 06/08/1905.

ISSN: 2318-9517

socorrer sócios com problemas de saúde, pagar seu funeral ou seus advogados caso fossem injustamente presos em defesa das causas dos trabalhadores. O sindicato se propunha, não só representante da categoria, como protetor dos estivadores. Isso ficava claro nas páginas do jornal *Tribunna dos Estivadores* criado pela sociedade com o lema “A União faz a força: um por todos, todos por um!” (O PAIZ: 2/01/1905, p. 2).

A democracia interna também é constatada pela regularidade das Assembleias Gerais (uma vez por mês), pela amplitude dos instrumentos organizativos (as várias comissões e um Conselho Deliberativo que as congregava) e pela grande proximidade que seus dirigentes tinham da base. Segundo Velasco e Cruz: “A participação do sócio comum na manutenção e definição de normas de conduta transparece claramente em vários episódios transcritos em ata [...]” (VELASCO E CRUZ: 1998, P. 256). Uma única restrição foi imposta aos sócios ao longo do tempo, a impossibilidade dos contramestres (contratados das empreiteiras) de serem eleitos para os cargos de diretoria ou nomeados como fiscais.

É verdade que o acesso ao quadro se sócios se tornou tão mais restrito, quanto avançava o processo de conquista efetiva da *closed shop*. Foi instituída para isso uma comissão de sindicância que deveria avaliar a proposição de um sócio, sempre com abono de um sócio já estabelecido por determinado tempo, e apresentar um parecer ao Conselho Deliberativo, indicando a aprovação ou não para Assembleia Geral que, soberana, decidia sobre a filiação. No Estatuto de 1915, os estivadores deixam claro a preferência pelos marítimos nas novas filiações (ARANTES: 2010, p. 60), isto reforça a nossa hipótese da longa relação entre os tripulação dos navios e a carga e descarga de mercadorias; a estiva nasceu da segmentação desses dois processos de trabalho e os estivadores, décadas depois, preferiam admitir aqueles que, bem provavelmente, já estariam aptos para parte do trabalho.

O claro caráter disciplinador, moralizador e regulador do processo de trabalho encontrado nos estatutos e regulamentos da UOE dizem muito a respeito da violência, dos abusos e dos vícios, tanto cometidos pelos trabalhadores, quanto pelos patrões em face destes. Disciplinar a força de trabalho e regular seu processo de trabalho foi uma tarefa tomada pelo sindicato para que neste só tivessem os melhores homens, uma forma de legitimação frente aos empregadores que sucumbiam à força mobilizadora e de controle da UOE. Democraticamente “os estivadores iniciaram uma dinâmica coletiva de discussão e definição de regras, que acabou

ISSN: 2318-9517

subvertendo a natureza das lealdades que presidiam as relações de autoridade e mando no processo de trabalho." (VELASCO E CRUZ: 1998, p. 257)

As várias regras para o trabalho fizeram surgir uma série de rusgas entre os trabalhadores, os julgamentos e a fiscalização eram contestados, uma fração dos estivadores (segundo as autoras, mais ligada ao patronato) não queria se submeter ao controle coletivo. Daí surge a Sociedade Regeneradora e Beneficente dos Estivadores:

> Aproveitando os ressentimentos surgidos em virtude da política disciplinadora e da exclusão de alguns elementos da formação da União, alguns empreiteiros fomentaram o surgimento de uma outra associação, que teria o papel de contrapor e mesmo ameaçar aquela associação, dividindo a estiva em dois blocos inimigos. (ARANTES: 2010, p. 67)

Após dois anos de intenso conflito entre os membros das duas agremiações, a Regeneradora fechou as portas e os seus estivadores (especialmente o seu líder, Cardosinho) foram completamente marginalizados pelos da UOE.

A resistência dos patrões, especialmente dos empreiteiros de estiva, em reconhecer a União é destacada pelas duas autoras. Segundo Cruz, "empreiteiros começaram a boicotar sistematicamente diversos trabalhadores ligados à União e a impor a presença de alguns marginais nas turmas escolhidas para a realização dos serviços." (VELASCO E CRUZ: 1998, p. 267), seguiu-se a isso, em 1905, um lock-out das empreitas de estiva, dos armadores e das empresas que faziam o tráfego marítimo na baía, claramente, contra a União e suas conquistas. Não sem resposta, nas tensões que se seguiram o empreiteiro Charles Wallace sofreu um atentado que quase lhe custou a vida. Segundo as autoras, o lock-out foi totalmente inócuo, com dois anos a associação já era sólida o suficiente para assegurar por algum tempo o mínimo aos sócios necessitados de urgências.

A UOE também construiu pontes sólidas nos portos do Rio da Prata, custeou a viagem de uma comissão do Sindicato dos Trabalhadores Do Porto de Buenos Aires (célebres pela longa greve, também em 1903) que participaram de várias atividades da União e terminaram por firmar um pacto de solidariedade; neste documento, os estivadores brasileiros e argentinos se comprometiam em ser solidários mutuamente e a fomentar novas associações de categorias conexas em seus portos e da estiva em outros portos do seu país. Este esforço foi efetivo, pois, sob os auspícios da UOE, foram fundados o Sindicato de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café e a Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral.

ISSN: 2318-9517

Velasco e Cruz e Arantes também tratam do Resistência, entretanto a ARTCM é relegada pelas historiadoras, conhece-la é de fundamental importância para entendermos o sucesso da UOE. O sindicato dos trabalhadores em carvão, fundado em 1904, majoritariamente por portugueses e que, rapidamente, conseguiu congregar a maior parte dos estivadores das cargas a granel, servia de instrumento para o controle do exército industrial de reserva da estiva no "trabalho bom". Os empreiteiros que tentavam boicotar os estivadores da UOE buscavam trabalhadores menos qualificados, mas com algum conhecimento, para contratar, esses eram os "bagrinhos" do Rio. Em seus estatutos os trabalhadores do carvão deixam claro que a associação é composta exclusivamente pelos trabalhadores de carga e descarga de minerais.[4] Incentivar a constituição da ARTCM foi uma forma da UOE de cercar o patronato, tanto que dois dos seus principais fundadores eram os portugueses Belizário Pereira de Souza e Firmino Rodrigues Alonso, também membros da UOE.

Na **Tabela 2** abaixo, demonstramos o vigoroso associativismo classista e mutualista dos portuários (e categorias conexas) cariocas no começo do século XX. Essa tabela demonstra que no Rio de Janeiro, já no final do século XIX e, decisivamente, no século XX, passa a se montar uma teia de organizações de trabalhadores portuários, como preconizado por Hobsbawm. Esse é o efeito mais nítido da segmentação e estratificação da força de trabalho no processo de produção do porto pré-capitalista do Rio de Janeiro.

TABELA 1: Organizações de Trabalhadores Portuários do Rio de Janeiro

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO	ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval	1873	Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café	1905
Associação de Beneficência Socorros Mútuos dos Despachantes da Alfândega do Rio de Janeiro	1879	Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores	1905
Sociedade Protetora Homens do Mar	1891	Sociedade Beneficente da Corporação dos Guardas da Alfândega	1906
Sociedade Protetora dos Mestres Práticos da Baía do Rio de Janeiro	1901	Sociedade União dos Foguistas	1906
Sociedade União dos Operários Estivadores	1903	Congregação da Marinha Civil	1909
Associação Beneficente dos Empregados do Lloyd Brazileiro	1903	Grêmio dos Maquinistas da Marinha Civil	1913

[4] DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 04/06/1913.

ISSN: 2318-9517

Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral	1904	Centro Internacional dos Conferentes da Estiva	1915

FONTE: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891-1930.

De todo o discutido pelas autoras e cotejado nas fontes, ainda nos fazemos três questionamentos: afinal, eram, em sua maioria, brancos ou negros os que fundaram a UOE? A *closed shop* é, finalmente, estabelecida quando? Os dados e as informações que as autoras trazem para solucionar essas dúvidas não conseguem, com a mínima segurança, nos responder.

Sustentar que os fundadores da União eram em sua maioria negros, utilizando estatísticas da Casa de Detenção (presos declarados como estivadores), é desconhecer o caráter historicamente racista da polícia do Rio de Janeiro! Entre os fundadores da União: 62,1% (504) eram brasileiros e 37,9% (307) eram estrangeiros, em sua maioria, portugueses (26,3%, 213). Com esses dados, é possível assegurar que a maioria dos estivadores eram negros? Certamente que essa possibilidade existe e, com certeza, as tradições negras (devido ao passado escravista da estiva no Rio) existem, mas desde a década 1850 o Rio de Janeiro assistiu a um verdadeiro diluvio de portugueses pobres (ALENCASTRO: 1988). Os relatos das autoras sobre os conflitos étnicos pelo mercado de trabalho confirmam a sua presença massiva na carga e descarga de mercadorias ao longo da segunda metade do século XIX, as redes de sociabilidades, de tradição negra, que sustentavam a estiva eram impenetráveis para os brancos pobres? Em caso afirmativo, o que explica o fenômeno dos portugueses influenciando a capoeira? (SOARES: 2004) O que explica os portugueses, muito ciosos do seu catolicismo, frequentarem templos de religiões de matriz africana? (DUMAS: 2013)

Quando a União, afinal das contas, conseguiu instituir a *closed shop* se impondo como órgão de regulação, controle e gestão da força de trabalho? As empreiteiras de estiva só fizeram crescer, ganhar corpo e número desde que a União foi fundada, então, o intermediário, grande antagonista direto na luta de classes não desapareceu, muito ao contrário. Sarti deixa claro que uma das principais razões para a fundação da Federação Nacional dos Estivadores, em 1933, era o desrespeito ao direito de preferência do sindicalizado em vários portos do país, principalmente no Rio de Janeiro (SARTI: 1981, p. 33). Podemos confiar que o processo de conquista da *closed shop* foi tão linear e bem sucedido como as autoras deixam a entender?

2. *Saudosos do que Não Viveram: A Memória de Tempos Imemoriais dos Estivadores*

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas é talvez igualmente inútil

esgotar-se a compreender o passado, se nada se souber do presente. (BLOCH: 2000, p. 47)

Depois de tanto estudo e alguma pesquisa acerca da estiva, de seu sindicato, de seu processo de trabalho, etc. não poderíamos nos furtar a consultar os estivadores acerca da sua história. Em 2010, enquanto fazíamos uma pesquisa fotográfica nas diversas instituições, organizações, empresas, etc. na região portuária do Rio de Janeiro, para uma exposição que fizemos a respeito dos 100 anos de inauguração do porto modernizado, pudemos conhecer o sindicato dos estivadores e lá trabalhamos em seus arquivos várias vezes, naquela ocasião e em outras. Numa das visitas que fizemos, um senhor negro, alto e forte, sabendo que se tratavam de historiadores a pesquisar nos arquivos, nos abordou gentilmente e ofereceu uma fotocópia do "livro do sindicato". Conversamos um pouco sobre a história da instituição e depois nunca mais o vi; tempos após, resolvi me dedicar a estudar aqueles escritos, examinando a foto do autor e fazendo uma pesquisa sobre seu nome concluí que era aquele senhor que havia nos atendido, *Tiziu*.

Essa seção se dedica à memória dos estivadores a respeito de tempos que os dois autores, João Batista de Oliveira e Luiz Gustavo Nascimento de Almeida, não viveram. João Batista de Oliveira (o *Pereira Lira*), estivador desde a década de 1960 e sindicalista desde a década de 1970 (ocupando vários postos de direção no sindicato e representação na FNE), historicamente ligado ao comunismo e militante da causa dos aposentados, escreveu: *O Estivador no Sindicalismo* em 1999, no auge da deterioração dos direitos dos estivadores; Luiz Gustavo Nascimento de Almeida (o *Tiziu*), estivador desde a década de 1980 e sindicalista desde década 1990 (ocupando vários postos na direção do sindicato, oferecendo cursos técnicos e representando os trabalhadores nas instituições de regulamentação), militante do Partido dos Trabalhadores, ligado à Central Única dos Trabalhadores, era morador da saúde, muito querido pelos companheiros e tido como habilidoso negociador e político. Luiz Gustavo foi o autor do maior ato de comemoração do sindicato no seu centenário, o lançamento do livro *Os Estivadores do Rio de Janeiro – Um Século de Presença na História do Movimento Operário Brasileiro*.

A intenção das duas obras é clara: estabelecer num documento a interlocução com os seus companheiros a respeito da sua história, construindo coletivamente a sua memória e firmando uma identidade para orgulhar-se. Esses livros não foram feitos para a academia, nas palavras de Luiz Gustavo, a sua pretensão era: "Contar de forma simples e sucinta a história da

ISSN: 2318-9517

estiva do Rio de Janeiro e de seus estivadores, e principalmente para os estivadores." (NASCIMENTO: 2003, p. 14), a edição com poucos exemplares é prova disso.

O tom das obras é amplamente diferente, como pode se supor pelo perfil dos seus autores. João Batista faz do senso crítico refinado e da erudição uma arma para conscientizar o estivador, chamando os companheiros às responsabilidades, o autor alerta para o "[...] tratamento não paternalista utilizado." (OLIVEIRA: 1999, p. 44); já Luiz Gustavo fala pela instituição, dessa forma a sua obra tende a dialogar com o estivador demonstrando a dimensão e a colocação da sua entidade em diversos momentos históricos.

João Batista faz uma das melhores definições do processo de trabalho estivador que tivemos contato, convém reproduzir:

> [...] o serviço de movimentação das mercadorias à bordo, como carregamento ou descarga, ou outro de conveniência do responsável pelas embarcações, compreendendo este serviço a arrumação e a retirada dessas mercadorias nos conveses ou nos porões. Quando as operações do carregamento ou descarga forem feitas do cais e pontos de cabotagem para bordo, ou de bordo para essas construções portuárias, a estiva começa ou termina no convés da embarcação atracada, onde termina ou se inicia o serviço de capatazia. (OLIVEIRA: 1999, p. 37)

A consciência do processo de trabalho estivador e a visão global do processo de produção portuário estão demonstradas em toda obra, além da constituição história destes. Oliveira afirma a ideia que correlaciona o surgimento da estiva, como conhecemos hoje, com a generalização dos navios a vapor na navegação marítima.

Luiz Gustavo recupera importantes aspectos históricos anteriores a União para situar os seus companheiros, relembra da escravidão e de como os escravos eram empregados na estiva. Deixa clara a presença marcante dos imigrantes e os laços de companheirismo que negros e portugueses construíram durante décadas nos porões e conveses dos navios, também cita os conflitos, mas de forma colateral. Lembra também de um dado importante da fundação da UOE, que a historiografia desconhece até aqui: "Da relação dos fundadores [...] somente 15% eram naturais do estado [província] do Rio. Os demais 45% eram imigrantes de outras regiões do país, principalmente das províncias do Nordeste [...]" (ALMEIDA: 2003, p. 22), ou seja, reforça a tese de que o forâneo sempre fora empregado na estiva, apesar dos conflitos...

ISSN: 2318-9517

Luiz também chama atenção para o caráter geral do trabalho portuário: casualidade e sua consequência mais óbvia, o trabalho avulso, correlacionando com os atuais TPAs[5], situando o seu leitor a partir de conceitos jurídicos presentes e mostrando a persistência do trabalho avulso nos portos. O auto demonstra como o regime de trabalho, as formas de remuneração e proteção social evoluíram, atribuindo aos trabalhadores e sua luta. A insalubridade, os riscos e a penosidade do trabalho, além das várias horas de trabalho a que estavam submetidos (muito superiores ao que o leitor estivador trabalha), são ressaltadas e associadas à pobreza dos estivadores antes da União. Assim como, a superação de parte dessas mazelas é associada à organização dos trabalhadores: "Aí estão presentes, pulsando ainda, as lutas árduas, por sinal, travadas pelos emancipadores, pelos estivadores e os trabalhadores em geral." (OLIVEIRA: 1999, p. 44).

Em seu capítulo a respeito da greve de 1903 e da fundação da Sociedade União dos Operários Estivadores, Luiz Gustavo ressalta, sobretudo o alto nível de consciência e organização da categoria. "Os pioneiros, mesmo sem ainda terem oficialmente sua entidade de classe, participaram ativamente do movimento, obtendo adesão da maioria dos estivadores e conseguindo, pela primeira vez, fazer sentir a força e o poder de unidade da categoria." (ALMEIDA: 2003, p. 26), o autor caracteriza os estivadores pioneiros como vitoriosos e habilidosos mobilizadores de rua. Os patrões foram encurralados, nos dizeres de João Batista: "Foram os estivadores do passado, que com muitas lutas e sofrimentos, conquistaram para seus sucessores diretos, assegurados por lei, que tornaram o trabalho menos cruel." (OLIVEIRA: 1999, p.46).

A questão da assistência e do auxílio mútuo também é ressaltada, numa época em que a única segurança social era a caridade, os estivadores esclarecem que os pioneiros conseguiram autofinanciamento junto à categoria (cotizando em campanhas, com o pagamento das taxas e joias para o ingresso) revertendo os recursos em prol da luta dos trabalhadores e da sustentação coletiva dos companheiros em dificuldade.

---

[5] Os Trabalhadores Portuários Avulsos figuram na legislação como prestadores de serviços aos múltiplos requisitantes de sua mão-de-obra, sejam operadores portuários ou não, dentro da área do porto organizado sem configurar vínculo empregatício por expressa disposição legal e somente ganham seu sustento, quando têm oportunidades de trabalho.

Nas duas obras a democracia interna é valorizada, a participação e a mobilização dos estivadores é destacada como um exemplo para o presente e para o futuro. “A realização de Assembleias naquela época era constante, e nelas se resolviam vários assuntos de interesse geral.” (NASCIMENTO: 2003, p. 29). Luiz Gustavo aponta como consequência dessa vitalidade democrática da UOE os conflitos gerados entre seus sócios, estes seriam um indício que o debate e as resoluções de base realmente importavam.

As influências ideológicas e as disputas entre as correntes políticas internas também estão presentes nas obras. Sejam anarquistas, comunistas ou reformistas, “[...] o sindicalismo desse período era um movimento militante [...]” (OLIVEIRA: 1999, p. 39). Luiz Gustavo recorda que o Dia do Trabalhador era comemorado com “reflexão”, sessões solenes e manifestações “arriscadas”. As atividades políticas que articulavam a luta com as demais categorias dos portuários do Rio, do Brasil e do mundo (com especial destaque para a viagem da comissão dos estivadores argentinos) também é ressaltada pelos estivadores escritores.

A rivalidade com a Sociedade Regeneradora e Beneficente dos Estivadores e seus embates físicos e políticos são postos, por Luiz Gustavo, como mera tentativa do patronato de fomentar o fratricídio entre os trabalhadores. A crítica ferina de João Batista foi além e caracterizou: “este era um grupo de estivadores arrogantes, todos armados de revólveres, que chegavam pela manhã no cais do porto, dando tiros nos muros [...] enquanto isso, reivindicam de ‘chapéu na mão’, como mendigos [...]” (OLIVERIA: 1999, p. 39).

Os dois estivadores registram as mudanças no porto do Rio de Janeiro, demarcando as alterações que a nova infraestrutura trouxera ao processo de trabalho, sua vantagens, desvantagens e os enfrentamentos com a Compagnie du Port de Rio de Janeiro. Entretanto, essencialmente, os combates continuavam a ser com as empreiteiras de estiva.

A relação com o governo Rodrigues Ales causa importante divergência entre os autores. Para João Batista, a postura do sindicato frente ao governo da República era explicitamente diferente do que a combatividade dada aos patrões, uma postura “subserviente” quando o governo intervia nos conflitos. Luiz Gustavo tem uma posição mais pragmática, ao citar o companheiro, avalia o “[...] fato da categoria ter optado por um bom relacionamento com as autoridades, já que desse modo sempre obteve maiores vantagens e soluções para os seus problemas.” (ALMEIDA: 2003, p. 59).

ISSN: 2318-9517

As tentativas de regulamentar, regrar e disciplinar o trabalho aparecem como forma de combater os patrões, delimitar os direitos e deveres, estar lúcido, calmo e firme para ser respeitado e dialogar com o empregador de igual para igual.

> O trabalho desenvolvido pela União era pra organizar e regulamentar o serviço, até então realizado conforme as necessidades e os interesses unilaterais do patronato. Isso provocou nos estivadores um sentimento de proteção e garantia contra as mazelas a que estavam acostumados a ser submetidos. A União interferia em defesa dos trabalhadores, constrangia os que os maltratavam, infringia prejuízos aos patrões que não respeitassem as regras que então começavam a surgir. Garantia a disciplina no trabalho e o respeito mútuo, tanto entre patrões e empregados como de companheiro para companheiro. (ALMEIDA: 2003, p. 37)

A característica moralizadora do trabalho organizado a partir da União aparece marcadamente na obra de Luiz Gustavo; para Oliveira, os vícios, a violência e a rebeldia dos trabalhadores da União eram típicas dos mais explorados entre os trabalhadores.

Para os dois autores, o maior serviço prestado pela organização dos trabalhadores foi ter conseguido distribuir o trabalho de forma que a pobreza da categoria fosse atenuada. A gestão da força de trabalho, o que os acadêmicos chamam de *closed shop*, aparece na linguagem simples dos autores estivadores como: divisão equitativa do trabalho, uma forma dos trabalhadores de, coletivamente, proporcionar o mínimo de segurança a eles mesmos!

O sindicato, a união dos trabalhadores surge, nesses escritos, como única forma de emancipar a classe e/ou de melhorar as condições de vida e de trabalho dos estivadores. Para João Batista, o tipo de sindicalista que fundou a UOE “almejava conscientizar os trabalhadores, para rebelá-los, dando-lhes princípios ideológicos, tornando-lhes capazes de cumprir coletivamente os seus deveres, sabendo reclamar os seus direitos.” (OLIVEIRA: 1999, p. 48). Num trecho francamente emocional, Luiz Gustavo destaca o heroísmo dos fundadores da União dos Operários Estivadores:

> É preciso registrar, para que nunca seja esquecido, que foi nesse primeiro período, em que só existiam dificuldades, explorações, maus-tratos, humilhações, miséria, fome e incertezas, que um punhado de homens abnegados e corajosos, munidos de um sentimento especial de altruísmo e solidariedade humana, deu tudo de si, alguns até mesmo a própria vida, para que todos pudessem lograr uma vida melhor. (ALMEIDA: 2003, p. 49)

Por fim, saudosos do que não viveram, os autores estivadores compartilham com seus companheiros profundo orgulho de suas raízes e da trajetória de seus antepassados, forjando com essa memória histórica e coletiva uma identidade com a marca da dignidade, solidariedade e coragem de seus fundadores.

ISSN: 2318-9517

VII. BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luís Felipe de. Proletários e Escravos: Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. São Paulo: Novos Estudos-Cebap, n. 21, 1988.

ALMEIDA, Luiz Gustavo Nascimento de. Estivadores do Rio de Janeiro: um século na história do movimento operário brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

ARANTES, Érika Bastos. O porto negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2010.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

DO RIO, João. A alma encantadora das ruas. Paris: Garnier, 1908.

DUMAS, Fernando. PRÁTICAS E SABERES DE CURA NA COMUNIDADE PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XX. In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos. (Org.). PORTOS E CIDADES: movimentos portuários, Atlântico e diáspora africana. 2ed. ILHEUS: EDITUS, 2013.

HOBSBAWM, Eric. Os Trabalhadores – Estudos Sobre a História do Operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HONORATO, Cezar. O Polvo e o Porto. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu. Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1991.

LOBO, Eulália. Historia do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

______. Imigração portuguesa no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

MATTOS, Ilmar. O Rio de Janeiro, Capital do Reino. 13. ed. São Paulo: Atual, 2009.

MANTUANO, Thiago; HONORATO, Cezar. O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Revista Acervo, vol. 1, 2015.

MENEZES, LENÁ MEDEIROS. Os indesejáveis: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

ISSN: 2318-9517

SARTI, Ingrid. O porto Vermelho: os Estivadores Santistas no Sindicato e na Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SOARES, Luiz Carlos. Povo de Cam na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Virando o Jogo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1998.